



Anais da Assembléia

Nº 87

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 22 DE AGOSTO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 69.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 1988.
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Caio Quintana e Edmar Luiz Costa.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Anibal Khury, Vera Agibert, José Alves, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caio Quintana, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Homero Oguido, João Arruda, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lício Machado e Valderi Mendes Vilela (34). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ferrari Júnior, Lindolfo Júnior, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Cândido Bastos, David Chariegate, Dirceu Manfrinato, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Quielise Crisóstomo e Werner Wanderer (20).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata e do Termo de Ata das sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o n. DTL/180/88, do Senhor Gover-

nador do Estado, comunicamos haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei n. 022/88, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n. DTL/181/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei n. 197/88, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o n. DTL/182/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO o Projeto de Lei n. 112/87, que dispõe, no seu art. 1.^o, sobre isenção do imposto de transmissão imobiliária para servidores públicos estaduais e municipais contratados sob o regime celetista, por ocasião da aquisição de imóvel para seu uso próprio, outro não possuindo, com localização no município onde o beneficiário exerça a sua atividade; em seu art. 2.^o, sobre isenção do pagamento de custas, taxas e emolumentos referentes ao registro ou matrícula do imóvel adquirido conforme o disposto no art. 1.^o e em seu art. 3.^o, sobre isenção do pagamento de taxas, custas e quaisquer emolumentos referentes a matrículas de imóveis pelo Estado e Municípios, bem como para o fornecimento de certidões, buscas e averbações, com prazo de cinco dias para a realização de tais atos, contado da data de sua apresentação em cartório. À Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os ns. DTL/178 e 179/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei ns.

033/88 - Do Senhor Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que veda a realização de novo concurso público, sem o aproveitamento dos remanescentes de concurso anterior, para provimento de cargos e funções da mesma natureza, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.849. Anote-se - Arquive-se.

058/88 - Do PODER EXECUTIVO, que autoriza a dar fiança aos empréstimos contraídos, ou que venham a ser contraídos com a Caixa Econômica Federal, através do BANESTADO S/A, SANEPAR, BADEP e BRDE, até o montante de 80.000.000 (oitenta milhões) de OTN's para obras do sistema de abastecimento de água e esgoto em municípios do Estado, e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n. 8.850. Anote-se - Arquive-se.

OF. 104/88 L.PMDB

Curitiba, 22 de agosto de 1988.
Senhor Presidente.

A Liderança da Bancada do PMDB., indica o Deputado Neivo Beraldin para substituir o Deputado Lauro Lobo Alcantara, em todas as Comissões Permanentes da Casa em que o mesmo fazia parte, quer como titular ou como suplente.

Sem mais para o momento, renovo a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

Sala das Sessões, em 22 de agosto de 1988.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Líder do PMDB

Baseada:

PROPOSTA DE EMENDA
CONSTITUCIONAL N. 096/88

Parágrafo Único do Art. 74, da Constituição Estadual, fica acrescido da alínea "C".

Art. 74 - O funcionário será aposentado:

- I -
- II -
- III -

Parágrafo Único: no caso do item III, o prazo é reduzido:

- a) ...
- b) ...
- c) a vinte e cinco anos para os funcionários que exerçam as funções de:
 - 1) Toxicologistas
 - 2) Químicos Legais (Farmacêuticos, Bioquímicos e Químicos)

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) Edmar Luiz Costa

Apoioamento:

Tadeu Lúcio Machado, Hermas Brandão, Cândido Bastos, Germote Kirinus, Antônio Bárbara, Algaci Túlio, Alexandre Ceranto, Raul Lopes, Acyr Messadri, Lindolfo Júnior, Basílio Zanusso, Haroldo Rodrigues Ferreira, Ezequias Losso, Rafael Greca, Pirajá Ferreira, Nilton Barbosa, Nereu Carlos Massignan, Sabino Campos e Dirceu Manfrinato.

JUSTIFICATIVA:

As atividades de Toxicologista e de Químico Legal se baseiam no contacto constante com agentes nocivos à saúde e infectados, como soros de procedência animal e humana, sangue, dejetos, esperma e outros. Os materiais muitas vezes se encontram deteriorados ou procedentes de pessoas vivas de alto risco em especial viciados, de hospitais ou origem indeterminada, estando os profissionais expostos aos mais variados tipos de doenças contagiosas, como AIDS, hepatite, tuberculose,

sífilis, etc.

São atividades que, pela sua natureza, dificultam a proteção adequada à saúde desses trabalhadores, e não raro, acarretam infortúnios laborais de toda sorte.

Destarte, é medida de inteira justiça a aprovação desta Emenda, uma vez que a mesma dispensará tratamento igualitário aos funcionários estaduais no exercício de funções consideradas insalubres, assim como preservará a saúde e a integridade física desses profissionais tão valorosos à coletividade, os quais terão garantia a aposentadoria aos 25 anos de serviço público.

Assim, contamos com o indispensável apoio dos nobres Pares, no sentido de que seja aprovada esta justa Emenda Constitucional.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 214

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação para o Requerimento de autoria dos Senhores Líderes de Bancada dessa Casa, que objetiva a Criação de Comissão Extrapartidária para intermediação do Problema da Greve dos Professores, de acordo com o disposto do Artigo 100 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, em 22. 08.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER, a dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão e, que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no § único do Art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n. 116/86.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) ERONDI SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 184

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Bittencourt Caldas, ocorrido no dia 04 de agosto do corrente ano.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) EDUARDO BAGGIO

1° Vice-Presidente

REQUERIMENTO N° 185

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreva, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor Vicente Montanha, ocorrido em data de 12 de agosto corrente, nesta Capital.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 12 de agosto faleceu nesta Capital o Dr. Vicente Montanha, engenheiro aposentado e ex-diretor da rede Ferroviária Federal.

O extinto era membro de tradicional família paranaense.

Deixando viúva a Senhora Zoé Sabóia Montanha e três filhos: Dulcirene, Neuza Regina e Maria Eunice e netos.

O desaparecimento do Dr. Vicente deixou grande vazio não somente no seio da família, mas todo o seu grande círculo de amigos. Extinguiu-se na terra para germinar no céu, e como lírio florescer eternamente diante de Deus.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus familiares; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sente-se no dever de associar-se à dor que abalou a família MONTANHA, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 203

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Antônio José Kirchner, ocorrido no dia 25 de julho do corrente ano.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO N° 181

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER seja consignado nos Anais, voto de congratulações ao Professor Prefeito Roberto Requião e sua esposa MARISTELA, pela inauguração das instalações da ASSOMA, ontem realiza-

da.

REQUER, ainda, que se enviem cópias, inclusive da justificativa ao Prefeito Roberto Requião e digna esposa.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A ASSOMA é uma entidade destinada a amparar e encaminhar os menores de rua. Quem são esses menores? São filhos de pais pobres que vivem na periferia neste País do Terceiro Mundo, onde se roubam bancos, casas comerciais, residências, velhos indefesos e até bebês de colo, roubam também o dinheiro público.

Neste quadro de misérias, de injustiça social, de imoral pobreza e de decadência, que futuro aguarda o menor, abandonado? O pior possível.

Daí nossa admiração e respeito quando vemos o Prefeito Requião e sua esposa, tentando resgatar parcela desse crime que a sociedade brasileira e seus governantes praticam, afundando este País numa miséria que parece não ter fim e sempre crescente.

É claro que o trabalho do casal REQUIÃO não significa o fim do problema do menor abandonado, mas é um passo inicial muito longo, pois desde o saudoso Interventor MANOEL RIBAS, ninguém teve a sensibilidade humana do nosso Prefeito, para o caso sério e constrangedor do menor de rua.

REQUERIMENTO N° 197

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, registro nos Anais da Casa de votos de congratulações ao Conselho de Curadores da Fundação Educacional de Guarapuava, órgão mantenedor da Universidade Rural daquele Município, que fica constituído pelos seguintes membros:

Presidente: Prof. WILSON LUIZ CAMARGO

Vice-Presidente: Dr. PLÍNIO ANTÔNIO DE SOTTI LOPES

Representante do Poder Executivo Municipal: Professora LAURA MARIA BASTOS PUPO.

Representante da Comunidade: Dr. EDSON BASTOS e Senhor ALFREDO GELINSKI.

Representante do Setor Educacional de Guarapuava: Professor SILVIO ANTÔNIO TURCO e Professora ALCIOLY TEREZINHA GRUBER ABREU.

Representante do Poder Legislativo Municipal: Dr. CARLOS ALBERTO MILAZZO.

Representante da FAFIG: Professor JOSÉ LUIZ ANDRADE VIGIL.

Outrossim, REQUER que da decisão do Plenário seja dado ciência as pessoas mencionadas acima.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A **constituição do Conselho de Curadores da Fundação Educacional de Guarapuava**, através decreto n° 085/88 de 11 de agosto de 1988, emanado do Poder Executivo daquele Município, veio em definitivo consolidar o disposto na Lei n° 005/88, que determinou a criação de órgão diretivo e mantenedor da Universidade Rural de Guarapuava.

Composto esse Conselho, deu aquela entidade de ensino superior, decisivo e avançado passo no tocante ao aspecto educacional, em toda sua região de abrangência.

Assim, nada mais justo e oportuno, que consignarmos nesta Casa votos de pleno êxito em suas funções aos componentes do Conselho.

REQUERIMENTO N° 200

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações à advogada Carmem Lúcia Silveira Ramos, pela tese apresentada na Universidade Federal do Paraná "A Paternidade Fora do Casamento", que lhe concedeu o título de mestrado.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Com a aprovação da referida tese, a advogada paranaense vem fortalecer a intenção, já aprovada em primeiro turno pela Assembleia Nacional Constituinte, que proporciona igualdade de direitos aos filhos naturais, adulterinos, incestuosos ou adotivos. Além do humanitário, o direito ao reconhecimento vai reparar os danos morais, especialmente, de inúmeras pessoas que vieram ao mundo marginalizadas por antecipação.

Cremos que, independente dos benefícios materiais, que a medida poderá proporcionar os nascidos de relacionamentos irregulares terão as mesmas oportunidades, perante à sociedade de uma assensão profissional e pessoal. E, sobremaneira, implantará no País maior senso de responsabilidade entre aqueles que, deliberadamente, se jogam aos apelos da liberalização sexual.

REQUERIMENTO N° 202

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da sessão de hoje um voto de congratulações do casal Edvino e Wilma Francisca Scherer, pioneiros do Município de Toledo, que completaram no mês de agosto 50 anos de vida em comum.

Outrossim, solicito que votos de congratulações seja dado ao conhecimento do casal Scherer, residentes no Distrito de Dois Irmãos, município de Toledo.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO N° 205

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de votos de congratulações a 1. Igreja Batista de Curitiba pela posse do seu novo Pastor, Paschoal Piragine Júnior, ocorrido em sessão solene realizada no último dia 20 de agosto de 1988.

Outrossim aprovado este requerimento dê-se ciência ao Pastor Paschoal Piragine Júnior e a 1. Igreja Batista de Curitiba.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 217

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação e inserção em Ata, dos trabalhos deste Poder, de votos de congratulações pela inauguração, nesta data, da sede própria da Federação Paranaense de Futebol.

Resultado de uma campanha ininterrupta de esforços e dedicação, a inauguração, hoje da sede própria da Federação representa uma grande conquista para o desportista paranaense, que se vê concretizar uma antiga aspiração de todos aqueles que, pela diretoria da Federação Paranaense de Futebol de Salão, passaram nos últimos anos.

Que da decisão do Plenário da Assembleia Legislativa dê-se ciência à Federação Paranaense de Futebol, como forma de apresentação dos nossos cumprimentos à atual Diretoria da FPF, pelo empenho na conquista de mais esse avanço para o esporte do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 212

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado voto de Louvor ao Ilustríssimo Senhor Léo de Almeida Neves, figura de destaque nos meios políticos e administrativos do Estado do Paraná.

REQUER seja dado ciência ao homenageado bem como a Superintendência Regional do INPS do Paraná, que pela sua eficiência dinamizou aquela instituição a Rua Cândido Lopes, 270 - 8° andar, CEP. 80020 - Capi-

tal.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

JUSTIFICATIVA:

Muito se tem a dizer de tão proeminente figura Pública Paranaense Senhor Léo de Almeida Neves, que exercendo cargos de relevância se destacou como Deputado Estadual, em seguida como diretor do Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil onde permaneceu até 1964, afastando-se em consequência do movimento Militar que derubou Jango Goulart. Foi em 1966, o Deputado Federal mais votado pelo (MDB) no Estado do Paraná, onde exerceu mandato até março de 1969, quanto teve seus direitos políticos suspensos por dez anos, injustamente.

Presidiu o Conglomerado BANESTADO por seis meses em 1983, deixando o cargo por desentendimento com o então Secretário da Fazenda, Erasmo Garanhão. Em outubro de 1987 assumiu a Superintendência Regional do INPS, que atuou com destacadas realizações até agosto do corrente ano, que embora no exercício por um curto período deixou marcada a sua gestão, reduzindo filas, melhorando o atendimento aos segurados. Deu ênfase à informática e a modernização, Promoveu a desativação dos Postos de Benefícios que funcionavam em escadarias para locais térreos em favor da clientela idosa. Celebrou convênios com empresas visando repartir encargos, beneficiando empresa e instituto. Em fase de licitação, deixou a construção de um centro de Reabilitação Profissional com 3.000m², reforma de espaço no prédio da Superintendência Regional para instalação de mais um posto de benefícios informatizado. Em licitação ficou ainda a construção de um posto de benefícios na Cidade de Campo Largo como parte do plano de descentralização de atendimento, programada pela região Metropolitana de Curitiba.

Pelos méritos e pelo muito que tem dado a nossa coletividade, não poderíamos deixar de citar a homenagem que esta Assembleia Legislativa do Estado, por proposição do Deputado Anibal Khury aprovou e sancionada pelo Senhor Governador Álvaro Dias, para que o Instituto de Previdência do Estado - IPE, passará a chamar-se "LEO DE ALMEIDA NEVES", que com a maior justiça lhe foi prestada por seus ex-colegas desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 198

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de saudação ao ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira pela passagem do

1º aniversário de seu falecimento.

REQUER, outrossim que da decisão da Casa, seja dada ciência à família Kubitschek, por intermédio da Deputada Constituinte Márcia Kubitschek.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A passagem do aniversário de falecimento do ex-Presidente Juscelino Kubitschek é sempre um momento de reflexão para todo o País e em especial para as instituições e para as pessoas envolvidas com o trato direto do interesse público e da democracia.

O ex-Presidente foi e continuará sendo uma fonte de raros exemplos, não apenas por sua participação na vida pública, mas também pelos elevados gestos de generosidade e de humanismo que deixou, como amor ao Brasil e o desprendimento em favor dos brasileiros.

Seu passado parlamentar demonstra claramente de como devem ser forjados os políticos autênticos, sua atuação na vida administrativa continua sendo o parâmetro para todos os que têm a responsabilidade de conduzir os destinos do País em seus mais variados segmentos.

Como prefeito da capital de seu Estado Juscelino Kubitschek traçou um modelo de administração que ainda hoje, décadas depois, tem forte presença no desenvolvimento da cidade e solução dos problemas urbanos, sociais e econômicos.

Como Presidente ele merece a reverência nacional pelo que desenvolveu e pelo que deixou como norma e parâmetros administrativos. Juscelino Kubitschek governou em tempo difícil, não propriamente de crise, mas de completo atraso desenvolvimentista e lutou contra graves e históricos problemas sociais e políticos que precisavam enfrentamento decisivo. Entre os percalços, um deles deve ser analisado à luz da atualidade, porque naquela época como hoje, era necessária uma ação enérgica contra as forças financeiras internacionais. O Brasil rompeu então com o FMI e passou a desenvolver um grande esforço nacional para não depender nem se escravizar aos organismos financeiros mundiais que já na época pretendiam sufocar o crescimento nacional.

A grande arrancada para a produção da energia aconteceu no governo JK - dando cumprimento ao seu "slogan" de fazer o Brasil crescer 50 anos em 5. Outro ponto marcante, a produção de petróleo: de 6 mil barris produzidos em 1956 passou para mais de 200 mil quatro anos depois. Juscelino abriu fronteiras construindo estradas e interiorizando o desenvolvimento: estavam assentadas as bases para a grande expansão do novo Brasil. A nova política industrial

teve reflexos altamente positivos para equacionamento de outros problemas inerentes a uma situação de subdesenvolvimento, como a saúde, a educação, a assistência social, a oferta de empregos.

Talvez hoje o nome desse grande Presidente esteja aliado mais à construção de Brasília do que à construção do próprio País, que começava a segunda metade do século ainda envolto em históricos problemas. Mais do que Brasília, sua marca peregrina, devemos considerar a nova e grande Nação do futuro, extraordinária mostra da competência do presidente.

Portanto, este dia 22 de agosto de saudade e de reverência, não deixa de ser uma grata e sempre renovada oportunidade para um paralelo governamental. Não estamos enfrentando nem de longe os problemas do governo JK, e no entanto as soluções são muito mais difíceis e as crises agravam-se a cada dia.

É aconselhável que se tome o histórico do governo Juscelino para que ele nos dê não só exemplos, mas também indicativos para encontrarmos novos e definitivos caminhos para a Nação e para o povo Brasileiro.

REQUERIMENTO N° 209

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo os precisos termos do § 2° do artigo 5° da Lei Federal 1.579 de 1952 e demais dispositivos Constitucionais e regimentais vigentes, vem a presença de Vossa Excelência, com o devido respeito, após ouvido o Plenário, REQUERER a prorrogação de prazo para os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada para apurar irregularidades no Esporte Paranaense, dada a complexidade do assunto e a vastidão de provas a serem coligidas.

Outrossim, REQUER-se que a dilação do prazo pretendida seja de 30 dias.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) RAUL LOPES

REQUERIMENTO N° 213

Senhor Presidente.

É por demais conhecida as dificuldades por que passam os professores no Estado do Paraná com seus salários defasados em mais de 50%, o que os forçou a desencadear o movimento reivindicatório atual, paralisando, como forma de pressão, as atividades escolares em pelo menos 90% das escolas estaduais paranaenses.

Também é desnecessário salientar os incalculáveis prejuízos para a comunidade paranaense causados pela manutenção da atual paralisação, agravados pela injustificável intransigência do Governador e do Secretário da Educação do Estado do Para-

ná, mantendo a posição antidemocrática de não negociar e sequer dialogar com as lideranças legítimas do movimento.

A manutenção da atual postura do Governo significa, também, onerar ainda mais o erário público com a veiculação de massiva campanha publicitária cujo objetivo não ultrapassa o sordido intento de confundir a opinião pública e colocar a comunidade contra seus educadores, divulgando, à exaustão, mentiras primárias.

A abertura de canais de negociação é uma exigência democrática e, sobretudo, o recolhimento do inalienável direito de manifestação pacífica e de reivindicação, constitucionalmente consagrados.

No limiar da promulgação da Nova Constituição da República Federativa do Brasil, mais democrática, no mínimo, o diálogo se impõe como exigência irrecusável.

Diante do exposto, os Parlamentares que o presente subscrevem, no exercício de seus mandatos populares e na defesa intransigente dos interesses e direitos do povo paranaense, REQUEREM, a constituição de uma comissão parlamentar, composta pelo Presidente da Comissão de Educação desta Casa Legislativa e por mais um representante de cada partido político com assento neste Plenário, com o objetivo de gestionar junto ao Governo do Estado do Paraná, para que este abra um canal de diálogo franco e de negociação com as legítimas lideranças do movimento reivindicatório do magistério paranaense e, caso necessário, servir como mediadora nas negociações posteriores.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(aa) RAFAEL GRECA

ALGACI TÚLIO

BÁSTIO ZANUSSO

EDMAR LUIZ COSTA

PEDRO TONELLI

JOÃO ARRUDA

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

VALDERI MENDES VILELA

ANTÔNIO COSTENARO NETO

EZEQUIAS LOSSO

JOSÉ FELINTO

e 1 ilegível.

REQUERIMENTO N° 187

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Ofício desta Casa, posicionando-se contra a cogitada extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMBRATER.

Requer, ainda, que do presente seja enviado cópias ao Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento Doutor Osmar Dias, ao Presidente da EMATER- PR,

Doutor José Fernandes Jardim Júnior, ao Presidente da Sociedade Paranaense de Medicina Veterinária, Doutor Walimir Komaleski, ao Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária/CRMV-3 e ao Presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários no Paraná, Doutor Élio Ventura.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) ORLANDO PESSUTI.

JUSTIFICATIVA:

A EMBRATER está entre os órgãos que realizam o repasse de recursos federais para Estados e Municípios e que deverão ser extintos ou reordenados a fim de promover uma redução de até 25% no orçamento da União para 1989. Preocupado com a nova distribuição de recursos prevista pela Constituinte e na qual o Governo Federal ficará com uma fatia menor do bolo do que aquela que detém agora, o Ministério do Planejamento pretende fazer com que Estados e Municípios assumam o ônus das atividades ora custeadas por verba federal afirmando que a medida vai contribuir para a contenção do "déficit público".

Ora, a redução do "déficit público" é uma necessidade premente com a qual todos concordam, mas ele não pode acontecer à custa de mais sacrifícios por parte dos trabalhadores e do desemprego que a medida vai provocar na grande maioria dos Estados cujos Governos não poderão absorver tais atividades.

No caso específico da EMBRATER, a "operação desmonte" vai desarticular o único sistema nacional de assistência técnica e extensão rural diferenciado ao pequeno produtor e trabalhador rural que já existe há 40 anos e que apóia, estimula, assessora, supervisiona e coordena o trabalho realizado por 25 empresas estaduais e territoriais, as EMATER, EMPAER e ASTER.

Não há como negar que o desmantelamento desse sistema descentralizado, que orienta o trabalho de cerca de 23 mil extensionistas em todo País, atendendo a 90% dos Municípios brasileiros e assistindo a 35 mil comunidades com 1,3 milhão de produtores e suas famílias, vai comprometer seriamente a execução de programas fundamentais como a assistência técnica e extensão rural às áreas de reforma agrária e colonização, viabilização do progresso técnico dos pequenos produtores, microbacias hidrográficas, ecologia, irrigação e outros, prioritários para a produção de alimentos para a sociedade brasileira.

A medida interromperia os trabalhos desenvolvidos pelos extensionistas, que além de projetar estratégias de ação para a solução dos diferentes problemas da agricultura a nível regional e municipal, ainda vão a campo e buscam, dentro das condições do trabalhador e do produtor rural, alternativas para seus problemas con-

cretos, tendo sempre em vista a preservação do meio-ambiente.

A atuação dos extensionistas vai mais longe: ele ajuda na organização dos trabalhadores e agricultores em comunidades nas quais eles próprios discutem e procuram respostas para as questões do dia-a-dia; desenvolve um trabalho de orientação aos produtores agrupados em cooperativas agrícolas; identifica a realidade sócio-econômica das propriedades e comunidade e às auxilia na busca de melhores condições de saúde, moradia e trabalho. É graças a este trabalho, coordenado pelo sistema nacional de extensão rural, que novas técnicas e orientações chegam ao homem do campo, viabilizando o processo de modernização da pequena produção.

Fica, portanto, difícil de entender a intenção do Governo em desmontar um sistema que há tanto tempo vem dando bons resultados, principalmente em um momento em que a agricultura é tida como uma das principais saídas para a crise econômica por que passa o País.

Por outro lado, o Governo Federal se antecipa à promulgação da nova Carta, já que o projeto de constituição prevê uma diminuição gradual da transferência de recursos para os Estados e Municípios. Além disso, a "operação desmonte" vem sendo encaminhada pelo Ministério do Planejamento sem a prévia consulta à população, aos funcionários do sistema e aos principais interessados, os produtores e trabalhadores rurais.

REQUERIMENTO N° 194

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Álvaro Dias, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, Rubens Bueno, solicitando seja viabilizada, com a brevidade possível, a implantação do "PROJETO GRALHA AZUL", no Município de Ponta Grossa, objetivando dentro dos princípios básicos do Projetos, estender àquela comunidade a consciência de participação e busca de alternativas e soluções a problemas que lhe são inerentes, de forma a atingir as suas aspirações, possibilitando, com isso, o auto-desenvolvimento do Município, através da união e cooperação Governo-Comunidade.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO N° 206

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual, que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,

seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, propondo a implantação de operação arrastão nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

A proposta de operação arrastão já é de comprovada eficácia, tendo em vista ter sido amplamente aplicada em épocas passadas, com excelentes resultados.

Anexo: ESTUDO DA SITUAÇÃO

OPERAÇÃO ARRASTÃO

SITUAÇÃO - A necessidade urgente de diminuir o crescente índice de criminalidade constatável nos dias de hoje, nas grandes cidades e interior do Estado.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO - Denota-se que a Criminalidade toma corpo em proporções gigantescas. Em contra partida nossa polícia, em termos de efetivo, meios e equipamentos, vem se ressentindo não só de um quantitativo maior, bem como de uma modernização em todo seu aparato, isto para poder fazer frente a emergencial situação.

Tais fatos, se por um lado nos preocupa, nos faz também refletir sobre a atual crise, e dispostos a cooperar com os órgãos de Segurança de nosso Estado, relembremos a saudosa época em que nós companheiros da Polícia Militar, com dificuldades ainda maiores, conseguíamos com absoluto sucesso, manter a ordem e efetivamente baixar os índices de criminalidade, não só inibindo as ações de marginais, como também efetuando um policiamento repressivo com resultados altamente positivos.

Os marginais, em sua grande maioria, residem em Núcleos e Vilas mais distantes, e seus deslocamentos para a prática de criminalidade e transporte de produtos de furtos, geralmente ocorrem, utilizando-se de ruas (quase sempre única via de acesso), que interligam os terminais de ônibus de grandes regiões até estes núcleos habitacionais.

Portanto, há que se dar uma inédita e maior atenção a este tipo de via, pois os deslocamentos de marginais em sua grande maioria, tendem a evitar, locais já tradicionais (como Vias rápidas) utilizados para a fiscalização policial.

PROPOSTA: Execução periódica de Operações Arrastão, com estabelecimentos de barreiras e Patrulha Volante a ser desenvolvida pela Polícia Militar, concentrando as forças, meios e equipamentos disponíveis, em áreas predeterminadas com o integral apoio da Polícia Civil.

ANÁLISE DA PROPOSTA - Constatamos através

da experiência Operacional, as reais possibilidades de êxito de tais operações, isto se planejadas e praticadas em harmonia e cooperação de todos os órgãos envolvidos.

O planejamento e a execução, mesmo com as reais dificuldades a atual sobrecarga-horário de pessoal, podem ser racionalizadas levando-se em conta os seguintes fatores:

- Estabelecer um Plano que permita a periodicidade em sua aplicação, e que o torne Operação de Rotina Preventivo-Repressiva nas Unidades PMs, acostumando o policial a desenvolvê-lo como parte integrante de suas atividades normais.

- O Plano deve ser Flexível e Abrangente, podendo ser estendido a outras regiões do interior e grandes cidades do Estado, sendo que sua execução poderá ser desenvolvida pelo próprio Comando da Unidade Local.

- O Efetivo de Bloqueio (Barreiras), pode até ser composto com o mínimo de 04 (quatro) elementos, possibilitando-se assim abranger uma grande área de atuação, com um efetivo reduzido (caso haja falta de elementos).

- O Patrulhamento volante deve cobrir toda a extensão da área de Operação, não só dando apoio aos Postos Fixos, como também efetuando a Varredura de bares, inferninhos, locais ermos, onde se concentram contraventores e homiziadas da Justiça.

- A operação deverá ser Centralizada e Comandada em local apropriado e com os meios necessários, cujo Comandante deverá coordenar, fiscalizar e apreciar os resultados obtidos, inclusive com o integral apoio da Polícia Civil que principalmente se encarregará do aspecto Polícia Judiciária.

- Deve-se intensificar a Fiscalização em ruas de ligações dos Núcleos Habitacionais com os grandes terminais de ônibus: Trajetos estes, preferidos pelos Marginais para o deslocamento e transportes de produtos furtados, drogas etc. Além da fiscalização de praxe, especial atenção deve ser dada a passageiros suspeitos, que utilizam táxis, pois a experiência comprova que grande parte de materiais furtados, são transportados via táxi, principalmente em altas horas da noite.

CONCLUSÃO - A proposta tem por finalidade estimular a ação policial eficiente, emoldando as dificuldades atuais de efetivos e recursos à situação emergencial que ora se apresenta.

A crescente criminalidade precisa ser contida. Nossas vistas não podem se fechar aos acontecimentos. A população suplica por mais e maior segurança. Portanto, baseados num empirismo prático e eficaz, já vividos por nós companheiros da Polícia

Militar, devemos planejar e por em execução rotineira, no dia a dia de nosso Policial, estas Operações Arrastão, que nem sequer alterarão quadros Orçamentários, pelo contrário, estimulará ainda mais ao nosso policial o desejo de bem servir a nossa Comunidade, assim como, iniciaremos de forma definitiva uma Guerra Acirrada e sem tréguas, contra marginais e malfeitores, inibindo suas ações, tirando-os de circulação e até os expulsando para outras paragens.

Daremos assim, à Comunidade aflita, angustiante e ansiosa, a esperança e a expectativa de uma Segurança e uma qualidade de vida melhor.

REQUERIMENTO N° 207

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jaime Ricardo Paciornick, Mui Digno Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, solicitando o credenciamento médico e odontológico, nos seguintes Municípios: Paranaguá, Ponta Grossa, Jacarezinho, Pato Branco, Maringá, Londrina, Cascavel, Cruzeiro do Oeste, Paranaíba, Foz do Iguaçu, Rolândia, Lapa, União da Vitória e Guarapuava, tendo em vista que, em todas as mencionadas cidades além dos efetivos Policiais Militares, contamos com outros funcionários públicos estaduais.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

As famílias Milicianas residentes nas cidades sedes de Batalhões distantes desta Capital, portanto, longe do Hospital da Polícia Militar, ao necessitarem de atendimento médico ou odontológico não encontram outra alternativa, se não a de recorrer à assistência privada. Somente nos casos de extrema gravidade é que o Policial Militar desloca-se para a Capital.

O custo de deslocamento do policial, tempo que permanece ausente do serviço para simples consulta, se multiplicado pelo número de servidores e familiares, já justifica o credenciamento.

REQUERIMENTO N° 208

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jaime Ricardo Paciornick, Mui digno Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, solicitando estudos no sentido da concessão de benefício aos funcionários públicos inativos, de deixar de re-

colher suas contribuições mensais junto àquele órgão.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) RAUL LOPES.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de que outros órgãos estaduais, bem como de nível federal, como o próprio I.N.P.S., já estão aplicando, e com resultados positivos, o benefício ao funcionário inativo, de suspender as suas parcelas de contribuição junto àqueles órgãos.

Tais exemplos, que servem como estímulo, recompensa e melhoria na qualidade de vida do inativo, pouco alteram o quadro orçamentário de tais institutos.

Seria portanto de Justiça, que se voltassem as atenções de todos, para um estudo minucioso. Desta significativa e relevante concessão aos inativos que já contribuíram para o desenvolvimento de nosso Estado, e especialmente para o Instituto de Previdência do Estado.

REQUERIMENTO N° 210

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando a determinação e autorização daquela autoridade no sentido de que seja criada uma Unidade Policial Militar na Capital do Estado, Especializada no Policiamento Ostensivo e Preventivo nas Escolas.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

As escolas de 1° e 2° Graus, têm sido ao longo dos tempos, o local preferido por indivíduos de toda as espécie, tais como: ladrões, maníacos sexuais, desocupados, traficantes de drogas etc.

Há que o policiamento ostensivo se fazer para desestimular os marginais a atuarem junto a Estabelecimentos de Ensino, eliminando-se assim, a grande ameaça, hoje existente para a juventude estudantil e professores.

Com esta justificativa, este Parlamentar, em 04 de maio de 1987, requeria, nos nossos moldes o envio de ofício ao Comando Geral da Polícia Militar sobre o assunto.

A informação, à época, foi de que o efetivo não permitia tal serviço e que dentro das possibilidades operacionais, àquele Comando efetuaría o policiamento solicitado.

Ocorre, Senhor Governador, que, passados 15 meses, o que se vê é a criminalidade aumentando bruscamente nas escolas. As manchetes jornalísticas nos dão conta de que, intramuros escolares, ocorreram nesse

período fatos tais como: Furtos, Tráfico de Drogas, Assassinato, e outros de menor emvergadura.

Urge pois, a criação de um policiamento especializado com o número suficiente para suprir três turnos de aulas em todas as Escolas Públicas Estaduais.

Em notícia veiculada pela imprensa, tomou-se conhecimento que o Governo do Estado de São Paulo, nos últimos dias passados, criou um Batalhão escolar, exclusivamente com a finalidade aqui proposta.

"A proteção ao sistema de ensino é indispensável para a obtenção da tranquilidade necessária tanto para os alunos como para professores".

REQUERIMENTO N° 211

Senhor Presidente.

Os Deputados Estaduais, que o presente subscrevem no uso de suas atribuições Regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, solicitando a transformação do 4° Batalhão de Polícia Militar - Maringá em Batalhão Metropolitano.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) RAUL LOPES

Apoio:

Ferrari Júnior, Antônio Bárbara, Lindolfo Júnior e José Alves.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de transformação do 4° Batalhão de Polícia Militar em Batalhão Metropolitano, vem da experiência feita com o 5° Batalhão sediado em Londrina, quando no Comando Geral da Corporação estava um dos signatários da proposta, tendo comprovada eficiência, ao longo do tempo, vindo a melhorar de sobremaneira a segurança pública local.

Pela importância da proposta, bem como visando redimensionar a capacidade de entendimentos, julgam os signatários, que Maringá merece pelo apoio que dá à Polícia Militar, ter um sistema de Policiamento Metropolitano.

Anexo: estudo técnico da proposta.

REQUERIMENTO N° 164

Senhor Presidente.

O Deputado Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um Posto de Serviço (PS) na Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, localizada na Fazenda Nossa Senhora de Fátima, Município de Iporã, neste Estado.

A comunidade, distante 13 Km da sede do Município encontra sérias dificuldades de comunicação.

A instalação de um posto de serviço

Curitiba, segunda, em 22.08.88

nesta localidade atenderá uma população de 1 mil 500 pessoas que diariamente necessitam se comunicar com as diversas regiões e que hoje se deslocam a sede de Iporã, ocasionando perda de tempo, entre outros.

Sala das Sessões, em 22.08.88

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

REQUERIMENTO N° 165

Senhor Presidente.

O Deputado Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Secretários de Estado do Trabalho, Agricultura e dos Transportes, solicitando a criação de frente de trabalhos no município de Iporã. Em decorrência da estiagem que assola toda a região tornou a vida dos bóias-frias, dramática. Não tendo atividade para absorver esta mão-de-obra, milhares de trabalhadores passam necessidades fundamentais, que somente serão sanadas, neste momento, através de frente de trabalho. Estas famílias não têm a quem recorrer e a medida que o tempo passa, com a situação agravada, estão próximo ao desespero.

Caso não se tome medidas emergenciais de entendimento a estas famílias teremos fatalmente duas alternativas, ambas muito graves. O deslocamento para a periferia dos centros urbanos, como sérios candidatos a marginalização. Ou então, o saque ao comércio, como desespero de causa. A criação de frentes de trabalhos é a única alternativa possível para evitar esta situação.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

REQUERIMENTO N° 166

Senhor Presidente.

O Deputado Paulino José Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um Posto de Serviço Telefônico (PS) no Distrito de Alto Santa Fé, município de Nova Santa Rosa.

A instalação de um Posto de Serviço nesta localidade atenderá a população que diariamente necessita de comunicação com diversas regiões e que hoje se desloca a sede de Nova Santa Rosa, ocasionando perda de tempo, entre outros.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

REQUERIMENTO N° 170

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgên-

cia, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Álvaro Dias, ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da LBA, Doutor Pedro Arthur Sampaio, a Ilustríssima Senhora Coordenadora do PROVOPAR, Doutora Débora Dias e a Defesa Civil do Estado, solicitando auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao governo e a estes órgãos, ao Município de Maria Helena.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita, encontra justificativa no fato daquele Município estar passando por grandes dificuldades em função da seca avassaladora que assola a região há mais de 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tornando a administração inviável por falta de recursos. Os chamados bóias-frias por encontrarem-se sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando fome, juntamente com suas famílias. A falta de água e, conseqüentemente de alimentação, está deixando marcas indelévels, que se não forem apagadas a tempo, com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer todo o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná. Por estes motivos encareço os préstimos dos órgãos acima citados, no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social da Região.

REQUERIMENTO N° 171

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Álvaro Dias, ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da LBA, Doutor Pedro Arthur Sampaio, a Ilustríssima Coordenadora do PROVOPAR, Senhora Débora Dias e a Defesa Civil do Estado, solicitando auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao governo e a estes órgãos, ao Município de Nova Olímpia.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita encontra justificativa no fato daquele Município estar passando por grandes dificuldades em função da seca avassaladora que assola a região há mais de 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tor-

nando inviável a administração, por falta de recursos. Os chamados bóias-frias, por encontrarem-se sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando fome, juntamente com suas famílias. A falta de água e, conseqüentemente, de alimentação, está deixando marcas indelévels, que se não forem apagadas a tempo com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer todo o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná.

Por estes motivos encareço os préstimos dos órgãos acima citados, no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social da região.

REQUERIMENTO N° 172

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Doutor Álvaro Dias, ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da LBA, Doutor Pedro Arthur Sampaio, a Ilustríssima Senhora coordenadora do PROVOPAR, Doutora Débora Dias e a Defesa Civil do Paraná, solicitando auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao governo e a estes órgãos, ao Município de Douradina.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita encontra justificativa no fato daquele Município estar passando por grandes dificuldades em função da seca avassaladora que assola a região há 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tornando inviável a administração, por falta de recursos. Os chamados bóias-frias, por encontrarem-se sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando fome, juntamente com suas famílias. A falta de água e conseqüentemente de alimentação, está deixando marcas indelévels, que se não forem apagadas a tempo, com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer todo o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná.

Por estes motivos encareço os préstimos de todos os órgãos acima citados, no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social da Região.

REQUERIMENTO N° 173

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das

atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Doutor Álvaro Dias, ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da LBA, Doutor Pedro Arthur Sampaio, a Ilustríssima Senhora Coordenadora do PROVOPAR e a Defesa Civil do Paraná, solicitando auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao governo e a estes órgãos, ao Município de Tapira.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita, encontra justificativa no fato daquele Município estar passando por dificuldades em função da seca avassaladora que assola a região há mais de 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tornando a administração inviável, por falta de recursos. Os chamados bôias-frias, por encontrarem-se sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando fome, juntamente com suas famílias. A falta de água e, conseqüentemente de alimentação, está deixando marcas indelêveis, que se não forem apagadas a tempo, com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer todo o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná.

Por estes motivos encareço os préstimos de todos os órgãos acima citados no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social da Região.

REQUERIMENTO N° 174

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da LBA, Dr. Arthur Pedro Sampaio, a Ilustríssima Senhora Coordenadora do PROVOPAR, Doutora Débora Dias e a Defesa Civil do Paraná, solicitando auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao governo e a estes órgãos, ao Município de Cidade Gaúcha.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita, encontra justificativa no fato daquele Município estar passando por grandes dificuldades em função da seca avassaladora que assola a região há mais de 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tornando a administração inviável, por falta de recursos. Os chamados bôias-frias, por encontrarem-se sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando fome, juntamente com suas famílias. A falta de água e, conseqüentemente de alimentação, está deixando marcas indelêveis, que se não forem apagadas a tempo, com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná.

Por estes motivos encareço os préstimos dos órgãos acima citados, no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social da Região.

REQUERIMENTO N° 175

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da LBA, Dr. Arthur Pedro Sampaio, a Ilustríssima Senhora Coordenadora do PROVOPAR, Doutora Débora Dias e a Defesa Civil do Paraná, solicitando auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao governo e a estes órgãos, ao Município de Jussara.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita, encontra justificativa no fato daquele Município estar passando por grandes dificuldades em função da seca avassaladora que assola a região há mais de 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tornando a administração inviável, por falta de recursos. Os chamados bôias-frias, por encontrarem-se sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando fome, juntamente com suas famílias. A falta de água e, conseqüentemente de alimentação, está deixando marcas indelêveis, que se não forem apagadas a tempo, com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná.

Por estes motivos encareço os préstimos dos órgãos acima citados, no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social da Região.

REQUERIMENTO N° 176

Senhor Presidente.

O Deputado Milton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da LBA, Dr. Arthur Pedro Sampaio, a Ilustríssima Senhora Coordenadora do PROVOPAR, Doutora Débora Dias e a Defesa Civil do Paraná, solicitando auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao governo e a estes órgãos, ao Município de Kaloré.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita, encontra justificativa no fato daquele Município estar passando por grandes dificuldades em função da seca avassaladora que assola a região há mais de 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tornando a administração inviável, por falta de recursos. Os chamados bóias-frias, por encontrarem-se sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando fome, juntamente com suas famílias. A falta de água e, conseqüentemente de alimentação, está deixando marcas indelévels, que se não forem apagadas a tempo, com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná.

Por estes motivos encareço os préstimos dos órgãos acima citados, no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social da Região.

REQUERIMENTO N° 177

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da LBA, Dr. Arthur Pedro Sampaio, a Ilustríssima Senhora Coordenadora do PROVOPAR, Doutora Débora Dias e a Defesa Civil do Paraná, solicitando auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao governo e a estes órgãos, ao Município de Formosa do Oeste.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita, encontra justificativa no fato daquele Município estar passando por grandes dificuldades em

função da seca avassaladora que assola a região há mais de 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tornando a administração inviável, por falta de recursos. Os chamados bóias-frias, por encontrarem-se sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando fome, juntamente com suas famílias. A falta de água e, conseqüentemente de alimentação, está deixando marcas indelévels, que se não forem apagadas a tempo, com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná.

Por estes motivos encareço os préstimos dos órgãos acima citados, no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social da Região.

REQUERIMENTO N° 178

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da LBA, Dr. Arthur Pedro Sampaio, a Ilustríssima Senhora Coordenadora do PROVOPAR, Doutora Débora Dias e a Defesa Civil do Paraná, solicitando auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao governo e a estes órgãos, ao Município de Cruzeiro do Oeste.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita, encontra justificativa no fato daquele Município estar passando por grandes dificuldades em função da seca avassaladora que assola a região há mais de 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tornando a administração inviável, por falta de recursos. Os chamados bóias-frias, por encontrarem-se sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando fome, juntamente com suas famílias. A falta de água e, conseqüentemente de alimentação, está deixando marcas indelévels, que se não forem apagadas a tempo, com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná.

Por estes motivos encareço os préstimos dos órgãos acima citados, no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social da Região.

REQUERIMENTO N° 179

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Dr. Álvaro Dias, ao Ilustríssimo Senhor Superintendente da LBA, Dr. Arthur Pedro Sampaio, a Ilustríssima Senhora Coordenadora do PROVOPAR, Doutora Débora Dias e a Defesa Civil do Paraná, solicitando auxílio que se fizer necessário e da forma que convier ao governo e a estes órgãos, ao Município de Tapejara.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima descrita, encontra justificativa no fato daquele Município estar passando por grandes dificuldades em função da seca avassaladora que assola a região há mais de 70 dias.

Este terrível momento está aprofundando a carência na comunidade, bem como tornando a administração inviável, por falta de recursos. Os chamados bóias-frias, por encontrarem-se sem emprego, dada a paralisação da agricultura local, estão passando fome, juntamente com suas famílias. A falta de água e, conseqüentemente de alimentação, está deixando marcas indelévels, que se não forem apagadas a tempo, com a colaboração da estrutura do Estado, irão comprometer o desenvolvimento da região, para não falar em termos de Paraná.

Por estes motivos encareço os préstimos dos órgãos acima citados, no sentido de atender ao pleiteado, uma vez que este poderá reequilibrar a base social da Região.

REQUERIMENTO N° 195

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Secretaria de Saúde, solicitando a construção de um Hospital Municipal, para que o mesmo possibilite o melhor atendimento ao povo Lobatense.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A solicitação é devido a convergência do grande número de pessoas, que diariamente se deslocam até Lobato, procurando recursos médico, enfrentando dificuldades, face a escassez de instituições que ofereçam tal tratamento.

A presente solicitação está sendo feita por parte dos membros da Câmara Municipal, juntamente com abaixo-assinado de to-

da a Comunidade Lobatense, e também pelo Prefeito de Lobato.

REQUERIMENTO N° 199

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores José Sarney, Presidente da República, Maílson da Nóbrega, Ministro da Fazenda, e Iris Rezende, Ministro da Agricultura, reivindicando que sejam ampliados os limites de financiamento para a cultura da soja fixados, inicialmente, em 60,40 e 30% para pequenos, médios e grandes produtores, respectivamente.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Com a quebra na safra de soja dos Estados Unidos, abre-se ao Brasil a perspectiva firmada em bases concretas, de uma recuperação da agricultura, que foi extremamente penalizada em função do Plano Cruzado, que, inicialmente, abriu oportunidades, fazendo com que os agricultores investissem na atividade e, após, retraiu o setor devido as cobranças de encargos financeiros acima das possibilidades dos agricultores, já que os preços mínimos não acompanharam os índices inflacionários.

O Paraná, Estado essencialmente agrícola, encontra-se perplexo com a atitude do Governo Federal de desestímulo à produção de soja, uma vez que o mercado futuro, especialmente nos próximos dois anos, segundo prognósticos de técnicos da Federação da Agricultura do Estado do Paraná, será altamente favorável às exportações brasileiras e proporcionará ao País, excelentes condições de trazer os necessários dólares.

Portanto, o Brasil não pode desperdiçar esta oportunidade e deve investir de forma coerente no que sempre foi a base de sustentação de sua economia: a agricultura.

Os paranaenses, com a mesma fibra e coragem com que tem elevado e dignificado a agricultura brasileira, ainda esperam que prevaleça o bom senso e o Governo Federal reavalie sua política para a agricultura, principalmente, no que diz respeito ao cultivo da soja.

REQUERIMENTO N° 201

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Álvaro Dias, solicitando a urgente instalação de uma

Companhia Policial Militar no Município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) ACYR MEZZADRI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Campo Largo, conta hoje, com 100 mil habitantes dentro de suas zonas rurais e urbanas. Para tanto, dentro dos cálculos técnicos de Segurança Pública, se verifica a necessidade de designação de 200 policiais militares e 7 viaturas, subdivididos em 40 homens para zona urbana com 5 viaturas, além de 1 Posto Rodoviário e 100 bombeiros militares.

Soma-se ainda ao fato, do Município contar com 4 Distritos, ser cortado por 15 quilômetros de Rodovia Federal BR-277; possuir um parque cerâmico industrial, ostentado como um dos maiores do País, tendo por conseguinte um fluxo de mão-de-obra e produtos finais; compradores, vendedores e transportadores, causando assim um aumento populacional transitório.

Pelos motivos apresentados, ressoante o Município de premente reestruturação do sistema de segurança, para fazer frente ao alto índice de criminalidade e calamidade que exigem a pronta ação, tanto do policiamento ostensivo, quanto dos valorosos "homens de fogo".

Carece pois, Campo Largo, pelo que se expõe e demonstra, a instalação de uma Companhia Policial Militar, bem como de várias melhorias no Grupamento de Bombeiros.

REQUERIMENTO N° 204

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação e Ilustríssimo Senhor Presidente da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC, solicitando a liberação de bebedouros para a Escola Cenecista - Ensino de 2° Grau do Município de Bom Sucesso.

Sala das Sessões, em 22.08.88.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

Apoio: Valderi Mendes Vilela.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação fundamenta-se em reivindicação dos próprios alunos daquele estabelecimento de ensino, os quais não estão conseguindo utilizar o bebedouro existente, devido as precárias condições em que o mesmo se encontra e também pelo fato de um bebedouro somente não atender a atual demanda, sendo os alunos obrigados a recorrerem às torneiras dos banheiros, água pouco indicada por não isentar os riscos de saúde.

REQUERIMENTO N° 183

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada a esta Casa, dentro do prazo previsto em Lei, resposta ao seguinte pedido de informações:

1) Quanto tem custado aos cofres públicos as repetidas aparições do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado em Redes de Rádio e Televisão com pronunciamentos visando desacreditar junto a opinião pública, o legítimo movimento reivindicatório da sofrida classe dos Professores e Servidores Públicos do Estado.

2) Quanto tem custado aos cofres Públicos as inserções publicitárias apregoando obras governamentais; e qual a justificativa para tal gasto com publicidade, se obras públicas planejadas e executadas visando os superiores interesses da população, não precisam nem devem ser apregoadas aos quatro ventos, com custos incalculáveis, mas, se realmente necessárias, mereceriam o espontâneo reconhecimento popular.

3) Quanto custou aos cofres públicos a publicidade inserida em horário nobre, domingo passado, antes da luta de boxe em Londrina, apregoando as virtudes de um Governo cujas as obras estão sendo realizadas às custas de um arrocho ilegal, inconstitucional e imoral, sobre a cada vez mais pisoteada classe dos Servidores Públicos Estaduais, sem a qual Governo nenhum teria condições de realizar o que quer que fosse.

O presente requerimento, Senhores Deputados, antes de qualquer conotação oportunista, tem como finalidade principal restabelecer a verdade no que respeita ao tratamento desumano dado pelo Senhor Governador aos Servidores Públicos do Paraná, Estado onde só existem "marajás" no mirabolante modo de ver do Excelentíssimo Senhor Governador (e, talvez possam existir alguns, de verdade, nas cercanias do Gabinete Governamental).

É bom que se frise, aqui, ao contrário do que apregoa o Senhor Álvaro Dias, que os mais altos salários de servidores do Estado do Paraná não chegam à metade, ou, quem sabe um terço, daqueles que foram imputados a Servidores Cíveis ou Militares de outros Estados.

Pelos motivos expostos contamos com o indispensável apoio dos Nobres Deputados que, como o que o presente subscreve, desejo ver restabelecidos os princípios de honestidade, seriedade e sobriedade administrativas, pelas quais tanto lutamos.

Sala das Sessões, em 22.08.88

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 180

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja transcrito nos Anais da Casa a matéria "A Escola de Meninos de Rua Faz Uma Homenagem ao Des. Cunha Pereira", publicado no Jornal "Gazeta do Povo" no dia 14 de agosto de 1988.

Outrossim, solicita seja dada ciência ao homenageado.

Sala das Sessões, em 22.08.88

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 215

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, do artigo "A Era da Fatura na Imprensa", de autoria do advogado Dr. Renato Requião e publicada no Jornal "Correio de Notícias", desta Capital.

Na matéria supra citada, o Dr. Renato Requião coloca do cimo de sua autoridade como advogado, o absurdo que representa a constante utilização dos meios de comunicação, pelo Prefeito da nossa urbe, Roberto Requião Mello e Silva.

Humildemente, emprestamos as iluminadas palavras do Dr. Renato Requião, na matéria anexa, como forma de justificativa ao requerido: "Não se afigura justo e crível a pessoas sensatas e sóbrias a forma obsessiva e caríssima de propaganda flagrantemente dedicada à promoção pessoal, pela consecução de obras absolutamente normais e até obrigatórias, ditadas pela dinâmica de uma cidade que incha desmesuradamente..."

Registre-se nos Anais do Poder Legislativo do Paraná, o voto de repúdio às narcisistas ações do alcaide curitibano, que utiliza-se dos meios de comunicações de forma abusiva, a fim de satisfazer seu egocentrismo.

Da decisão deste, seja dada ciência ao Prefeito Roberto Requião de Mello e Silva, ao DD. Presidente da Câmara Municipal de Curitiba e ao Dr. Renato Requião.

Sala das Sessões, em 22.08.88

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 216

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder Legislativo, da matéria publicada pelo Jornal "O Estado do Paraná" no dia 21 de agosto passado, intitulada "A Propósito do des-

pejo de Bituruna", de autoria do Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto.

Na referida matéria, Dom Pedro Fedalto coloca, claramente, algumas declarações de Bispo de União da Vitória, Dom Walter Michael Ebejer, a respeito do despejo dos sem-terras da Fazenda Bettega, no Município de Bituruna.

Dom Walter, ao reafirmar a proposta católica de reforma agrária, de acordo com a doutrina Social da Igreja e as Diretrizes da Pastoral da América Latina e do Brasil, não aprova as invasões e nem as considera o meio mais correto para aprender o processo de reforma agrária.

Entretanto, como Operário da Fé Cristã, Dom Walter reconhece a impropriedade da forma grosseira de repressão usada contra os invasores, contrariando tanto os mandamentos civis como os cristãos.

Sem entrarmos no mérito da questão, cabe-nos, em nome do Poder Legislativo, colher a oportunidade aberta por Dom Walter, para repudiarmos também, em nome da sociedade paranaense, o uso da força para retirada de invasores de terras e rogar às autoridades, maior eficiência e eficácia na execução do Plano Nacional de Reforma Agrária.

Que seja dada ciência deste nosso requerimento ao Arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, ao Bispo de União da Vitória, Dom Walter M. Ebejer, ao Governador do Estado do Paraná e ao Ministro Especial para Assuntos de Reforma Agrária.

Sala das Sessões, em 22.08.88

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 241/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 3° - Fica proibido qualquer desmatamento sem prévia autorização dos órgãos competentes.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.88

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

Constata-se que ao longo dos anos, o Estado do Paraná, notadamente nas regiões ribeirinhas, vem apresentando um alto índice de desmatamento.

Isto ocorre, em razão da desinformação e descumprimento da legislação e muitas vezes pela omissão do homem em assumir sua parte na responsabilidade em preservar o meio ambiente.

O desequilíbrio ecológico, torna-se cada dia mais evidente, provocando as mais

diversas reações da natureza, como as alterações climáticas, as acomodações de subsolo, dentre outros fenômenos.

A matéria proposta neste Plano de Lei, emerge como uma resposta, talvez até um pouco tardia, de norma legal, visando a preservação da natureza em nosso Estado.

Esperamos contar com o apoio dos senhores Deputados com assento nesta Casa de Leis, para a devida aprovação deste Projeto de Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer os limites mínimos de mata ciliar nas regiões ribeirinhas, obedecendo aos seguintes critérios:

a) até três (3) metros de largura deverá ter no mínimo 10 metros de mata ciliar; em cada margem.

b) de três (3) a cinco (5) metros de largura, um mínimo de 20 metros de mata ciliar; em cada margem.

c) de cinco (5) a 20 metros de largura, um mínimo de 30 metros de mata ciliar; em cada margem.

d) de vinte (20) metros de largura acima, um mínimo de cinquenta (50) metros de mata ciliar; em cada margem.

Parágrafo Único - os proprietários de terras ribeirinhas, terão prazo de um ano para efetivar os respectivos reflorestamentos, com espécies nativas.

Art. 2º - Os proprietários que não reflorestarem suas margens, dentro do prazo estabelecido no § Único do Artigo 1º desta Lei, ficarão impedidos de realizar financiamentos junto ao Banco do Estado do Paraná, bem como contar com assistência técnica das empresas especializadas pertencentes ao Governo do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 242/88

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a UNIAO GERAL DOS SERVIDORES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ - UGESP - com sede e foro em Piraquara.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.88

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende seja declarada de Utilidade Pública, é um órgão de representação dos funcionários públicos, lotados no Sistema Penitenciário do Estado do Paraná. Tem por princípios e objetivos, a defesa dos interesses da classe, bem como, realizar programas educativos, prática de esportes, em todas suas modalidades, assistência social e entrete-

nimento para suas respectivas famílias, conforme se infere dos seus Estatutos Sociais. Encontra-se instruída com a documentação exigida pela lei 8994, de 10.01.78, com as modificações introduzidas pela lei nº 8589, de 22.10.87.

Nestas condições, solicito o apoio dos pares desta Casa, para sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 243/88

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública a CRENCRI - CENTRO RECUPERAÇÃO NOVAS DE CRISTO CENTRO EVANGÉLICO, do Município de Altônia Pr.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.88

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

Esta entidade, presta serviços comunitário de maior interesse para o Município, portanto, nada mais justo que a mesma seja reconhecida de Utilidade Pública, para poder receber verbas do Governo.

PROJETO DE LEI Nº 244/88

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE CULTURAL E ESPORTIVA DEZ DE MAIO - SOCEDEMA, com sede e foro na Cidade de Toledo, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.88

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Finda a leitura do Expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o atual período legislativo tem sido marcado por fatos, senão inéditos, pelo menos que ocorrem nesta Casa de tempos em tempos.

Na última eleição da Mesa Executiva por acordo feito entre as Lideranças e mantendo a tradição desta Casa de algumas décadas, coube aos Partidos de Oposição a Segunda Secretaria e a Quarta Secretaria.

Na ocasião pertencia eu à Bancada do PMDB e as Oposições indicaram dois candidatos para o cargo de Segundo Secretário: os Deputados Lindolfo Júnior e Werner Wan-

derer. Houve o primeiro escrutínio e nenhum dos dois alcançou o "quorum" legal. Partiu-se para uma segunda votação e também por acordo entre as Lideranças todos votaram no candidato, Deputado Lindolfo Júnior. Porém, após eleito, o Deputado Lindolfo Júnior abandonou o seu Partido de origem, o Partido da Frente Liberal. Foi para o PTB mas acabou abandonando o PTB e está hoje no barco do PMDB e nós estamos assistindo, incrédulos até, que pela primeira vez a Mesa Executiva desta Casa composta do Sr. Presidente, do 1º Secretário e do 2º Secretário, toda ela pertencente ao Partido da Situação, o PMDB. E na primeira vez as Oposições não estão representadas na Mesa Executiva.

Recordo-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que antes da grande vitória do PMDB em 1982, quem por último ocupou a 2ª Secretaria foi o nosso companheiro Nilso Squaresi, representando então o PMDB minoritário.

Considerando que o Deputado Lindolfo Júnior deixou de vez as Bancadas de Oposição e está hoje na Situação, faço um apelo a ele, em nome da ética Parlamentar para que renuncie o cargo de 2º Secretário e devolva esse cargo às Oposições, porque ele pertence aos Partidos minoritários desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Nereu Carlos Massignan, no Pequeno Expediente.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. professores, não venho aqui fazer um discurso rápido para obter o aplauso fácil da galeria.

Também não venho aqui manifestar uma posição que seja do puro agrado do governante, do meu amigo, do meu companheiro, Governador Álvaro Dias.

Leva-me a tomar esta posição pública como representante do poder político. Poder político, como eu já afirmava em outra ocasião, e aqui nós estamos não por um mero contrato comercial, em que se assinou que seríamos os representantes do povo, testemunhado por duas pessoas apenas. E o nosso contrato tem uma amplitude maior, que é representar o povo paranaense.

Eu inicio as minhas palavras lembrando-me - e gosto sempre de falar - deste movimento social extraordinário que, no ano que vem comemora 200 anos, que é a Revolução Francesa. Em 1789 se firmou o princípio de que o homem é dono de direitos inerentes a sua pessoa e, portanto, anteriores e superiores ao Estado. E a partir desse compromisso de que ao homem é

inerente ao seu direito e a sua pessoa e, portanto, anterior à existência de qualquer Estado, é que me posiciono em relação a este movimento.

Especificamente na questão do diálogo, não tenho o tempo suficiente para discutir as reivindicações, as posições de Governo, as posições até de estado de sobrevivência da própria instituição como Estado, porque os governos são circunstanciais. O Governo é circunstância; a Nação é o eterno. O Governo é passageiro; a Nação e o seu povo são permanentes, o Governo tem compromissos - é claro, é evidente -; Nação tem o compromisso permanente.

Sou um Deputado do PMDB e agradeço as galerias que me permitam falar e me permitam dizer que pertencço a um partido que dá sustentação ao Governo Estadual.

Esta situação toda, e quando se fala no diálogo, eu me posiciono favorável a ele, sem com isso desautorizar a posição do Governador. Este é o poder político e, como tal, tem que ter posições claras a respeito dos assuntos que lhe afetam, como este assunto da greve dos professores.

Favorável ao diálogo. Não assino embaixo todas as reivindicações dos professores: é objeto - e deve ser - de discussão e negociação como sempre são feitos em todos e quaisquer movimentos grevistas, sejam de que categorias forem.

Hoje são os professores. Talvez amanhã tenhamos que conversar com outros segmentos do funcionalismo público, bem mais sacrificados - permitam-me dizer - que os senhores professores.

Diálogo é reconhecer uma realidade e um fato. Porque nós não vamos conversar, não vamos abrir o entendimento se não existe o fato. O diálogo parte desta realidade; o diálogo não se faz sobre o sonho, sobre o imaginável, sobre a sonhada "República" de Platão; o diálogo não se faz naquela perquirição filosófica permanente, digna, e que todos nós nos inspiramos há quase 3 ou 4 mil anos quando Sócrates caminhava por cima das pedras da Antiga Grécia. Este diálogo parte do fato concreto.

Há outros fatos concretos: o movimento dos sem-terras, o acampamento de 2 mil famílias em Prudentópolis. A nós não cabe desconhecer essas realidades. A nós também não cabe dizer aos sem-terras que daremos terras em certo prazo; a nós também não cabe dizer aos professores que amanhã resolveremos os problemas dos professores ou dos outros segmentos da sociedade, ou as outras questões que afetam este Paraná, questão que envolvem a saúde, a educação, afinal, isto aqui não é um paraíso, como dizia certa vez o Deputado Rafael Greca, querendo atribuir todos os males e todas as injustiças que afligem o nosso Estado a

este último Governo. Não! Mas é preciso que a partir deste momento, desta realidade e deste fato esqueçamos que estamos propondo com o diálogo fatos que estão concretamente expostos. Não são sonhos, não são realidades imaginadas, não são perquirições oníricas que fazem com que tenhamos hoje a nossa posição aqui assumida.

Vamos nós todos, Deputados, nos empenhar para que o diálogo se abra, para que setores do Governo voltem a conversar e, a partir disso, tenho certeza, estaremos encaminhando bem as questões aqui no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs.

Deputados. Platéia que hoje, mais uma vez, comparece a esta Casa e que graças a Deus, hoje, terá oportunidade de acompanhar uma sessão desta Casa Legislativa. Porque, lamentavelmente, durante uma semana, esta Casa, ficou praticamente, vazia a não ser com a presença dos senhores professores, que aqui vieram para conseguir junto aos Parlamentares o abono para a formação de uma Comissão que chegasse até o Governador do Estado e obtivesse pelo menos a tentativa de um canal aberto para o diálogo.

Lamentavelmente o Governo esqueceu de quando não era governo, incentivava todas as categorias a se organizar, incentivava todas as classes a reivindicar os seus direitos. Este mesmo governo, que num debate político na televisão, dizia que desejava falar cara a cara com os professores, que queria ter um diálogo franco, aberto com os professores, este mesmo governo, fecha as portas do Palácio e não permite sequer que os seus Parlamentares, que os Deputados do Partido, pudessem pelo menos, ir até o Palácio dialogar.

Álvaro Dias disse em 1986 que se fosse Governador, daria 2,5 salários de piso aos professores, hoje, 38 mil cruzados. É muito diferente de 19 ou 21 mil cruzados (conforme os contra-cheques que nós podemos ter em mãos, aqui, durante os dias, durante as noites e durante as madrugadas que convivemos com os professores dentro desta Casa) - é muito diferente!

Uma professora de Curitiba, por exemplo, em 1986, ela comprava 1800 passagens de ônibus na frota pública que é a segunda mais cara do país, só perde para Belém do Pará, e é bom que se diga isso mais uma vez para acabar com essa mania do Prefeito ficar dizendo que o transporte coletivo em Curitiba é o mais barato! Só perde para

Belém do Pará a nossa Curitiba.

Ela comprava em 1986, 1800 passagens de ônibus com o seu salário, hoje ela compraria apenas 700 passagens. Gastaria, aproximadamente, se fizemos a conta de 700/45, ela gastaria de seu salário 31 mil e 500 cruzados. Ela comprava 400 quilos de pão e hoje compra apenas 250 e por aí iríamos adiante fazendo uma comparação de como era em 1986 e como é hoje.

Será que isso tudo não comprova que houve, na verdade, um achatamento salarial? Será que apenas Sua Excelência, o Governador, que preferiu gastar, que preferiu ir à televisão e jogar a opinião pública contra os professores, gastando milhões e milhões de cruzados, dinheiro do povo do Paraná que paga os seus impostos, que colocou o Secretário de Estado da Educação também convocando os pais para que mandassem os alunos para a escola? Será que esse dinheiro todo não é dinheiro nosso, dinheiro dos professores que também pagam os impostos?

Preferiu isso do que o diálogo com a categoria. É lamentável esta situação. Mas eu quero neste momento, Senhor Presidente e Senhores Deputados, dizer da nossa satisfação de ter convivido durante estes dias, preferíamos até que não tivesse acontecido nada disso, porque se tivesse havido o diálogo do Governador com os professores, esta Casa não teria parado durante uma semana e os professores não estariam aqui passando frio. E ao lado deles, os Deputados Rafael Greca, Pedro Tonelli, Basílio Zarusso, que aqui permaneceram durante esta semana toda, convivendo com os professores.

Queria cumprimentar pela maneira disciplinada, o que não é novidade vindo da classe dos professores, porque, afinal de contas, são os educadores dos nossos filhos, como se comportaram nesta Casa, em que pesem até as tentativas de querer jogar sob a responsabilidade deles, um acontecimento verificado nesta Casa.

A greve é um legítimo instrumento com que conta a classe trabalhadora. Quem não luta por seus direitos, não merece ter direito algum. Toda vitória - e que isto sirva aos Deputados do PMDB que possam querer jogar para nós da Oposição, que tentamos organizar tudo isto aqui -, porque a Oposição é tão pequena nesta Casa, que não pôde fazer a Casa funcionar durante uma semana.

A vitória de uma luta pertence às pessoas que reivindicam, por isso nós, Deputados de Oposição, não estamos querendo aplausos, apenas a compreensão do Senhor Governador, para com a classe dos professores.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Falarei do assunto atinente à ocupação desta Assembléia, pela ilustre classe dos professores do Estado, no horário reservado à Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

Quero usar este Pequeno Expediente, para fazer o relato a esta Assembléia, do grave incidente que presenciei na noite de terça-feira, no Edifício Tancredo Neves, no Anexo a nós reservado, reservado aos que somos Deputados.

Era por volta das 10:30 horas da noite e estava eu ainda no meu gabinete, naturalmente apreensivo com a ocupação deste Plenário, pelos professores, pedindo atenção desta Casa, da consciência cívica do Estado, quando repetidas vezes, se me dirigiu o Delegado Adido a esta Casa, pedindo que me retirasse do meu gabinete, alegando razões de segurança e isolamento daquele Palácio Anexo a este Plenário. Retirei-me portanto, e vi que se fechavam por detrás de mim as portas que ligam este Palácio ao Palácio anexo.

Foi terrível a minha surpresa quando quinze minutos depois, ouvi um tropel e uma correria da briosa segurança desta Casa, dirigindo-se àquele edifício anexo, e lá pude presenciar gritos, a tentativa de se procurar as chaves de luz e até ouvimos, quando para lá nos dirigíamos, um estampido de um tiro que feriu um dos vitrais da fachada daquele prédio.

Percebi então que estávamos frente a uma provocação. Se esta Assembléia foi invadida Senhor Presidente, paranaenses que cobrem esta Assembléia na qualidade de jornalistas, ela não foi invadida pelos professores, muito menos por um professor sequer. Ela foi invadida por um provocador.

O tiro dado no vitral da fachada do Edifício Tancredo Neves, foi movido pela mesma mão forte que com certeza, ordenou se disparasse a bomba do Rio-Centro e tantas outras maquinacões da repressão. Testemunha da história, testemunha do momento grave em que a Assembléia da qual faço parte foi invadida, não pude deixar de levantar um testemunho por escrito e quero colocar a disposição da Mesa da Assembléia para ser encaminhado à Polícia Civil e à Polícia Técnica do Estado, porque estranho muito que ao sétimo dia do ocorrido, ainda não me tenham vindo procurar para ouvir em Cartório, embora nos jornais e na televisão, tais coisas tenha declarado.

Sei que este Palácio não nos pertence, nem à Oposição nem ao Governo, sendo que este Palácio pertence ao Paraná inteiro.

Na hora em que aquele vidro se quebrou, quebrou-se a possibilidade de transparência da condução dos destinos do Paraná.

Se o Senhor Governador não apurar estes fatos, se a Mesa da Casa, que é Poder independente, não fizer empenho para que tais fatos sejam apurados, quebra-se a própria transparência democrática que deve conduzir os direitos e as relações, os deveres e as contradições, inclusive, de toda a sociedade paranaense.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Paraná pede que a mão que disparou aquele tiro seja algemada. O Paraná pede que as mãos que armaram um princípio de incêndio com aparas da gráfica desta Assembléia, retiradas de um depósito frequentemente trancado e diligentemente guardado, porque nós conhecemos o Senhor Monteiro o responsável da gráfica da Casa, é um artífice da construção, jamais da destruição. Esta mão também deve ser algemada.

O Paraná pede que os pés e as mãos que chutaram cinzeiros e tinteiros e que tentaram espalhar a baderna na Casa em que se fazia a ocupação em nome da ordem, porque não há melhor ordem do que a de se defender a educação do povo. Estas pernas e estas mãos devem conhecer o cárcere e a condenação.

Não vos fala o Deputado da Oposição, não vos fala o Deputado Líder do PDP, vos fala o paranaense Rafael Greca de Macedo...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Auribelli) - Vossa Excelência tem 30 segundos.

O SR. RAFAEL RECA - ...testemunha do lamentável atentado do qual esta Assembléia por muito tempo ainda levará para se recuperar.

Nós precisamos descobrir este culpado e puni-lo, porque nós precisamos nos fazer, todos juntos, todos immanados, até com o Governador Álvaro Dias, e porque não, defensores da democracia, da democracia que está além do anúncio e da propaganda; mas está, sobretudo, na responsabilidade devidamente cobrada.

Para este Pequeno Expediente era esta a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Auribelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Antônio Costenaro Neto.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Eu considero o dia de hoje um grande momento, como tantos outros grandes momentos que nós tivemos nesta Casa.

Reunimo-nos no ano passado discutido profundamente, lutando, as Oposições com todas as forças que têm, apesar de pouca força que tem as Oposições nesta Casa, na tentativa de inibir o Governo do Estado do Paraná em aumentar violentamente o endividamento do Estado, nas discussões de vários empréstimos, dizendo o Governo da necessidade de viabilização de obras necessárias e a estabilidade econômica do Estado.

Vivemos grandes momentos também este ano quando o Governo do Estado quis, como o fez com o apoio da sua Bancada, a extinção da autonomia das universidades do Paraná. Lutamos, nos empenhamos e não obtivemos sucesso.

Temos nos empenhado a favor de todos aqueles que nos procuram a exemplo dos funcionários da ACARPA, dos servidores do CIRETRAN, que reclamam o seu mísero salário.

Temos feito requerimentos e aprovado através desta Casa, com apoio dos Deputados da Situação e da Oposição. Mas, recebemos a informação dos órgãos do Governo do Estado dizendo que os salários são satisfatórios e demonstrando, nesta questão, o salário da ACARPA, através dos valores do seu diretor maior. E que a classe está bem remunerada, porque o diretor-presidente ganha 390 mil cruzados. Realmente, nós também concordamos que é um bom salário.

Mas, e os outros? Estes nós sabemos quanto ganham. O piso salarial, nós sabemos quanto vale. São insatisfatórios, porque a empresa perde os funcionários a cada dia que passa.

Na CIRETRAN, é a mesma coisa. Com uma grande responsabilidade, trabalham os servidores da CIRETRAN do Paraná, recebendo o salário de miséria, insuficiente para a própria sobrevivência empurrando, às vezes, o indivíduo, se ele não tiver uma força de vontade muito grande, até a corrupção.

E hoje nós recebemos, como recebemos também a semana passada, já há quinze dias paralisadas as salas de aulas, e ao 6º dia de concentração nesta Casa, os professores do Estado do Paraná, representados por seus colegas, numa minoria, naturalmente, de cada um dos Municípios do Paraná.

Estampado no rosto de cada um, nós observamos a vontade de vencer, a vontade de servir através das suas salas de aulas, como sempre servem os professores, os mestres que educam os nossos filhos, que fazem caminhar o desenvolvimento desta Nação brasileira. Esperançosos que foram na condução de Alvaro Dias como símbolo dos professores, como símbolo da representação da classe, ao Governo do Estado no cargo do Executivo. Sonhavam os professores, até

então, com uma melhoria no seu padrão de vida, no seu padrão salarial. Mas, infelizmente, nós estamos nos deparando com a teimosia, com o "jogo duro", com a imposição do Governo do Estado, que não abre as portas do Palácio nem para o diálogo com seu próprio Partido.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência tem mais 30 segundos.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Nós já manifestamos, nesta Casa, semana passada, e voltamos hoje nesta tribuna para dizer aos professores que estamos empenhados para que os senhores consigam o sucesso desejado nas suas reivindicações, para que voltem para as salas de aulas para fazer aquilo que vocês sabem fazer, e muito bem feito, a exemplo da greve, mostrando a educação, a qualificação de cada cidadão paranaense, mostrando que quer ensinar nosso povo a caminhar como deve.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Encerrado o Horário do Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Consulto o Deputado Neivo Beraldin se fará uso do seu tempo.

Estamos ausentes, o segundo orador inscrito é o Deputado Pedro Tonelli. Vossa Excelência tem 30 minutos para proferir a sua oração.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada Vera Agibert, demais presentes.

Ouvindo e acompanhando, depois de uma semana, felizmente, o nosso Parlamento está aqui para trazer à tona a preocupação que aflige todos os professores, neste momento. Uma saudação especial aos professores paranaenses que por causa da falta de diálogo, estão convivendo conosco há uma semana, de maneira organizada, ordeira, consciente e responsável, para romper a barreira do ódio, do orgulho, que ainda imperam nos poderes que devem representar os interesses maiores da população.

Por muitas vezes em momentos diferentes, Senhor Presidente e Senhores Deputados, trouxemos a esta tribuna a preocupação, não só dos professores, mas de todos os servidores paranaenses. Colocamos em discussão toda a política salarial do Estado do Paraná. E não só a política salarial mas também, principalmente o tratamento que o Estado do Paraná dá aos trabalhadores organizados e que lutam pelos seus direitos.

E muitas e muitas vezes a preocupação desta Casa surtiu efeitos benéficos para toda sociedade paranaense.

A função de um parlamentar é de repre-

sentar e trazer para dentro desta Casa esta aspiração de toda sociedade paranaense. E creio eu que é por causa disso que nós recebemos nesta Casa há uma semana os professores que estão procurando mostrar a todos os paranaenses e a todos os brasileiros a sua realidade, a preocupação, sua aspiração. E, certamente, o que eu sinto agora é que eles querem também ouvir e sentir de perto a preocupação, os argumentos, as provas, a transparência do Governo que aí está, que tem o poder de nós representar e determinar aquilo que serve para o povo do Paraná.

Gostaria neste momento, na sessão de hoje, trazer aos debates uma preocupação principal dos professores paranaenses.

Esta preocupação, vai trazer à tona a situação de 185 mil servidores públicos do Estado do Paraná, e todos eles estão numa situação dramática, lamentável.

Portanto, é compreensível a resistência de Sua Excelência o Governador porque no momento que se abre a ferida dos professores estará aberta a ferida de todos os servidores públicos do Estado do Paraná.

E temos exemplos, muitos para compreendermos que é uma situação de plena injustiça que os servidores públicos do Estado do Paraná vivem.

Mas, quero me deter à preocupação manifestada pelos professores do Estado do Paraná. Como Parlamentar do Partido dos Trabalhadores - PT, com nossa equipe de assessoria, com a direção do nosso Partido, com os nossos companheiros que atuam no campo da educação, a Secretaria de Educação, dentro do PT procuramos despidos de qualquer interesses particulares, demagógicos compreender com profundidade as razões da greve as razões das reivindicações, as razões da ocupação deste Parlamento e as razões do apelo dramático dos professores à bancada governista e as bancadas de oposição para que sirvam de intermediários tirando a cortina da mesa e colocando de um lado os professores e de outro o Governo para que mantenha diálogo.

Analisamos, nós do Partido dos Trabalhadores, a questão salarial, que é a questão principal, que é a questão básica que motivou e continua motivando a paralisação dos professores paranaenses. Comparamos com a propaganda tendenciosa, com as afirmações, na maioria das vezes, faltando com a verdade, expressas nos meios de comunicação do Paraná, subsidiadas com recursos públicos, procurando jogar todo o povo do Paraná contra os professores, criando conflito entre pais e professores, entre alunos e professores, entre a comunidade e os professores.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, tivemos o capricho de analisar os dois lados

da moeda e chegamos à conclusão que esta greve é um movimento que foi iniciado já no ano passado, na metade de 1987, portanto, foi amadurecido ao longo dos últimos 10 meses, não foi algo que aconteceu de repente, os professores decidiram fazer greve, foram 10 meses de luta.

A defasagem salarial dos professores não aconteceu somente agora, neste ano de 1988 o ano passado foi um ano que aprofundou e agravou o arrocho salarial para a categoria dos professores paranaenses! Nós temos, nos nossos arquivos, documentos que registram, segundo o DIEESE, que a variação do índice de preços ao consumidor, calculado pelo IBGE, órgão oficial do Governo, do período de março de 1987 a julho de 1988 foi de 1062%, neste período. A variação dos salários dos professores, neste mesmo período foi de 664,5%, portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhora Deputada, não é muito difícil nós compreendermos a aspiração dos professores! Devemos somente verificar qual foi o aumento do custo de vida básico e qual foi o aumento dos ganhos. É só isto! A defasagem é de mais de 50%, mais da metade do salário dos professores e por consequência de todos os servidores públicos do Estado do Paraná, isto aconteceu de março de 1987 até julho de 1988.

É de se perguntar - será que é este o tratamento que merecem os servidores públicos do Estado do Paraná? É este o tratamento que merecem os professores do Estado do Paraná? Em um ano e três meses receberam menos da metade do salário que eles recebiam! O piso salarial dos professores no ano passado, em março, era de Cr\$ 4.104,00 naquela época correspondia a 22,60 OTN, em agosto de 1988, é um pouco mais que a metade o piso é de Cr\$ 31.392,00 aonde uma OTN no valor de 1982,48 sendo então o piso salarial dos professores, hoje, 15 OTN's.

Com o piso inicial da categoria, em março de 1987, comprava-se 64 quilos de carne, hoje se compra apenas 47 quilos de carne, com o piso salarial dos professores de Cr\$ 31.392,00. Em março de 1987, comprava-se 789 litros de leite, hoje um professor com o seu piso compra apenas 377 litros de leite. O piso, em março do ano passado, permitia comprar 512 quilos de feijão, hoje dá para comprar 200 quilos de feijão, Senhor Presidente e Senhores Deputados; dava para comprar 489 quilos de arroz, hoje menos que a metade, 208 quilos de arroz somente.

Vejam bem, em março do ano passado, com o piso de um professor dava para comprar 1.336 quilos de farinha de trigo, hoje sabem quanto dá para comprar? 232 quilos de farinha de trigo. No ano passado dava para comprar 342 quilos de pão, hoje

apenas 126 quilos de pão.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu acho que aqui está a justificativa, o porque da intransigência do Governo Alvaro Dias, porque certamente no momento em que sentam de um lado da mesa o Governo e outro lado os professores, quando os professores perguntaram: Como é que eles continuarão vivendo desse jeito? O Governador arrepiará os seus cabelos.

Portanto, eu acho que essa é uma preocupação que certamente deve estar marcada na consciência do Governo do Estado do Paraná.

Muito bem! O Governo do Estado do Paraná, se aceitasse negociação, certamente ele iria dizer que os cofres públicos estão defasados. Certamente, ele iria dar as mesmas justificativas que ele deu quanto aqui, nesta Casa, foi extinta a URP o reajuste mensal para os servidores, foi nos dito aqui tantas vezes, que é o problema de arrecadação. Estudamos também a política de arrecadação do Governo do Estado do Paraná e percebemos que ela não perdeu para o custo de vida e para a inflação real. Não perdeu nada.

Vamos tomar por base as taxas que estes professores, estes pais que aqui estão, enfim, todos que aqui estão, desde o Parlamentar até o faxineiro, nós consumimos água e pagamos água, nós consumimos luz, e pagamos luz; nós consumimos telefone e pagamos telefone, taxas que o Governo cobra.

Vejamos aqui um comparativo: qual é a política de taxaço do Governo do Estado do Paraná.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Pedro Tonelli, antes de Vossa Excelência ler o seu comparativo, eu solicitaria um aparte.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu lhe concedo, nobre Deputado.

O Sr. Rafael Greca - É só para dizer Deputado Pedro Tonelli, que nós temos informações, porque dizem os dados oficiais, inclusive uma correspondência oficial da Secretaria de Estado da Educação, que já se gasta 84,8% do ICM do Estado com o pessoal. No entanto, nós temos informações de pessoas de dentro da Secretaria de Estado da Fazenda, que não quer se identificar, que estes gastos estão em torno de 75%, isto já foi em 90%, mas a arrecadação tem crescido a olhos vistos. Nós temos uma super safra, 66 milhões de toneladas de grãos, 1/3 destes 66 milhões de toneladas de grãos na balança de arrecadação do Governo do Estado do Paraná. E nós temos também um Governo, que pode ser chamado de tudo, menos de austero, porque não temos visto austeridade nos relatórios impres-

sos em papel brilhante, das várias Secretarias de Estado, e da própria Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Não temos visto austeridade na forma como se conduz o Cerimonial do Governo do Estado.

Não temos visto austeridade quando o Governador paga 170 OTN's, por uma pesquisa antes de entrar numa cidade, enquanto está na cidade, e depois que sai da cidade.

Nós não temos visto austeridade nessa propaganda múltipla que é a propaganda do governante, e não a propaganda da informação; não se trata de condenar uma política de comunicação social, trata-se de condenar o mal uso, no sentido de só se promover o governante.

De resto, é o que lhe diz este paranaense que até já se acha morador de Alvarolândia, cuja Capital é Requiãoópolis.

Era isso.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, nobre Deputado, faço minhas vossas palavras, certamente elas correspondem à verdade com relação as finanças públicas do Estado do Paraná.

Mas dizia sobre a política no sentido, não de pagar, de arrecadar no Estado do Paraná; refiro-me às taxas públicas.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, sobre a taxa de água, não podemos afirmar que há interferência do Governo Federal, não há motivo nenhum, não tem desculpa, é política do Governo do Estado do Paraná. Em março de 1987, a taxa mínima de água, estabelecida pelo Governo do Estado era de 25 cruzados; em agosto de 1988, Senhor Presidente, Senhores Deputados foi para Cz\$ 340,00 a taxa de água. Sabem qual o percentual de aumento? 1260%. Neste mesmo período os professores tiveram 664% de aumento. E os professores precisam comprar água senão eles morrem de sede.

A taxa de luz, que também vem da água, em março de 1987 foi de Cz\$ 7,78; em agosto de 1988, Cz\$ 105,00 foi a taxa mínima da luz. Quanto por cento de aumento? 1249,61%, os professores também precisam comprar luz, e estão afogados nestas taxas, a taxa mínima do telefone em março de 1987 era de 23,21% e em agosto de 1988, 276,02%. Sabem qual foi o percentual de aumento? 1069,23%.

Então, é de se perguntar: dá para continuar vivendo? Dá para continuar aceitando? Aonde nós vamos parar desse jeito? O salário aumenta 664% e as taxas mais de mil e o custo de vida também...

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Nobre Deputado, permite-me um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - ...Na sequência eu

Lhe concedo.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é difícil compreender que é necessário o pleno empenho de todos os integrantes desse Parlamento para que nós coloquemos a realidade nua e crua na mesa do Governador Alvaro Dias. E vamos discutir a verdade, a verdade como ela é e não a verdade maquiavélica à custa de dinheiro público.

Concedo um aparte ao nobre Deputado Valderi Mendes Vilela.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Deputado Pedro Tonelli, inicialmente eu gostaria de cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, sempre fazendo jus ao seu mandato, que lhe foi outorgado pelo povo.

Nobre Deputado, eu gostaria de lembrá-lo também nesse comparativo que Vossa Excelência trouxe, hoje, que a Senhora Gilda Poli, que foi Secretária de Estado da Educação também sabe aumentar preços. Diga-se de passagem uma péssima Secretária da Educação nesse Estado, e agora arrumaram para ela um serviço na Imprensa Oficial do Estado e Vossa Excelência sabe qual foi o aumento dos custos para se publicar na Imprensa Oficial do Estado desde o início do Governo Alvaro Dias? Passa de três mil por cento nobre Deputado, os aumentos.

Portanto, inflação, nem inflação mais eles consideram. Houve abusivos aumentos nessa área. Portanto, é um dado que eu trago para que Vossa Excelência inclua aí que eles sabem fazer cálculos quando se trata de cobrar as taxas a eles devidas. Quando é para reter o poder aquisitivo do trabalhador paranaense eles se esquecem de fazer os cálculos. Os economistas do PMDB só trabalham em favor deles e nunca em favor do nosso trabalhador.

Era isso, nobre Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu agradeço a muito boa lembrança do nobre colega, Deputado Valderi Mendes Vilela, que certamente condiz com a realidade que nós vivemos no nosso dia-a-dia.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, é preciso que o magistério paranaense seja tratado com dignidade.

Dignidade e respeito, um Governo que procura colocar a opinião pública contra o magistério, que procura achincalhar as reivindicações justas da categoria, classificando-as de absurdas, está certamente muito longe de tratar com dignidade os nossos profissionais do ensino.

Para recuperar o poder aquisitivo, o salário-mínimo da categoria, o piso deveria ser de Cz\$ 47.709,00. Um salário bem abaixo do salário-mínimo real calculado pelo DIEESE, que é de Cz\$ 79.000,00.

Cz\$ 79.000,00, um salário-mínimo que

cubra as necessidades básicas de uma pequena família brasileira. O piso está abaixo.

Não é difícil compreender as reivindicações da categoria, que quer a elevação do piso salarial dos atuais três salários-mínimos de referência, para oito salários referência.

Em 1986, a categoria dos professores através de uma greve histórica, após um pedido de cinco salários-mínimos, conquistou três, mas com a política de arrocho salarial maquiada pela Nova República, foi criada a nova política salarial, denominando o mínimo de referência, que permitiu tal arrocho.

Esse salário referência se tornou o mínimo do mínimo, assim todas as categorias com piso salarial calculado em mínimos, sofreram achatamento salarial.

Ao pedir oito mínimo de referência, os professores simplesmente estão retomando a antiga bandeira dos cinco salários-mínimos. Eles continuam lutando por aquilo que já lutavam no passado. O valor atual seria de algo em torno de Cz\$ 83.000,00 e é de se perguntar a todos que compõem esta Casa de Leis, quem se atreve a viver tranquilamente com Cz\$ 83.000,00, que é o que os professores estão pedindo.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nenhum absurdo, nenhuma surpresa...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência consulta Vossa Excelência se pretende entrar no Horário da Liderança do seu partido.

Vossa Excelência tem mais sete minutos e meio.

O SR. PEDRO TONELLI - Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é esse "coração de pedra" implantado no Palácio Iguaçu, para que se compreenda as necessidades dos servidores públicos do Paraná, entre eles os professores, e que se adote uma política de prioridade às pessoas que trabalham e que prestam serviço público neste Estado.

É preciso que reconheçamos, como foi até aqui por este Parlamento, a justiça das reivindicações e da forma como o magistério luta. É preciso que empenhemos o nosso esforço para que este Parlamento seja uma somatória de forças para rompermos este coração de pedra implantado no nosso Palácio.

Esta luta creio eu que é uma luta vitoriosa. É uma luta vitoriosa porque ela está resistindo a um verdadeiro terrorismo implantado pelo governo do Estado. Um terrorismo de se dar ao luxo de ir à imprensa comprar espaço com dinheiro público usando inverdades, jogando a comunidade contra os

professores e não dando o direito à defesa. Por que não se compra dez minutos por dia em rede estadual; cinco para o Governo e cinco para os professores? Não. Compra-se uma hora para o governo e zero para os professores.

A luta dos professores já é vitoriosa. Por quê? Porque muitas das afirmações ditas publicamente à custa de dinheiro público, hoje o público já sabe que não é verdade. E eu acredito que todos os pais, todas as escolas e todo o povo do Paraná saberá da verdade e do que não é verdade.

É vitoriosa também porque, acima de tudo, essa luta dos professores a cada dia que passa acumula o apoio organizado da comunidade paranaense. São os pais, são os alunos, são as direções das escolas e a comunidade em geral se manifestando, repudiando a política nazista do Governo e apoiando a incansável luta do magistério paranaense.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a bem da justiça é necessário que haja o empenho dos oito Partidos que compõem este Parlamento para que sensibilizemos o Palácio Iguazu e que pelo menos se consiga algo que é importante, e é o que? O diálogo, o debate. O Governo de um lado, o povo do outro, o Governo dizendo quanto arrecada e aonde gasta, os professores dizendo por que eles querem aumento. Vamos debater, vamos discutir, vamos tirar conclusões e certamente se nós não conseguirmos sanar tudo, porque eu sei que para sanar tudo é difícil aliviar o que é mais grave.

Neste momento se faz necessário o empenho desta Casa. Houve tentativas antes desta sessão com os representantes de todas as Bancadas para que surgisse aqui uma comissão suprapartidária. Foi impossível. Esperamos, e gostaria de apelar em nome do Partido dos Trabalhadores, apelamos ao bom senso, ao Líder do governo, Deputado Nestor Baptista, ao Líder da Bancada do PMDB, Deputado Artagão Mattos Leão, aos demais Líderes, para que nos convençamos que nós temos uma missão importante a cumprir que é reproduzir, repassar esta vontade explícita do magistério paranaense. Por quê? Quero fazer uso das palavras publicadas no Jornal do Estado, edição do dia 17 de agosto passado, coluna de responsabilidade do Professor Lafajete Neves, que é Professor do Departamento de Economia da UFPR e da Direção Nacional do DIEESE, que diz: "Ameaçar os professores com demissão e com substituição é uma péssima forma de pressão, digna de um passado já sepultado. Os professores conhecem os seus direitos, construídos numa longa experiência de enfrentamento com o poder público. Fazer hoje esse tipo de pressão é pregar a desobediência às leis, já que estamos em período eleitoral, e há uma legislação que proíbe

a demissão e a admissão até fevereiro de 1989.

A única saída para o impasse é o Governo dar uma demonstração de que a radicalização não é, neste momento, a melhor política. Rever sua posição de confronto em uma atitude digna de quem governa, buscar o entendimento através da negociação. Agindo assim, o Governo do Estado estará indo ao encontro dos interesses da maioria do povo e da população que querem uma solução para que as atividades escolares voltem à normalidade".

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, seria muito bom que desta sessão de hoje, na parte final, nós tirássemos alguma conclusão. Seria bom, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que daqui saísse uma decisão de todos nós. Vamos todos ao Palácio Iguazu, vamos todos debater o problema dos servidores públicos, o problema do Magistério com o governo do Estado do Paraná. Vamos romper a cerca e vamos dialogar.

Era isto, Senhor Presidente, Era isto, Senhor Deputados. E muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -
Consulto a Liderança do PL se fará uso do seu tempo. Concedo a palavra ao Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Ao lermos os jornais e assistirmos os noticiários da televisão e do rádio, verificamos que o número de greves vem aumentando cotidianamente. É o reflexo direto do descontentamento dos trabalhadores com seus salários, cada dia mais desvalorizados diante de uma inflação que breve vai atingir a casa dos 1.000% ao ano.

O Partido Liberal não é favorável a atitudes radicais. Mas o momento atual é perfeitamente compreensível, uma vez que o poder de compra cai assustadoramente, o sustento de uma família - como foi muito bem enfatizado por oradores que me antecederam tem sido muito mais obra do talento do povo brasileiro do que de qualquer outra coisa.

Os professores da rede estadual continuam em greve. O Governo Estadual continua intransigente, recusando-se a negociar. Lamentavelmente, são duas atitudes que não têm levado a resultado algum a não ser ao desgaste de ambas as partes.

Os professores têm a justa reivindicação de melhorias salariais, reivindicação esta, que também é justa aos funcionários públicos em geral, inclusive os que prestam seus serviços nesta Casa de Leis.

A defasagem tem sido tão grande nos salários destes como daqueles. O funcionalismo, como o professorado paranaense, tem

sofrido perdas muito significativas que desestabilizam o orçamento doméstico e causam crises em todos os setores.

É preciso, neste momento delicado, que o Governo Estadual faça jus à confiança que lhe foi depositada pelos seus eleitores, grande parte deles professores e funcionários públicos.

A luta pelos direitos do cidadão foi uma bandeira do Governador Álvaro Dias quando Deputado Estadual, e lembrada em hora muito oportuna pelos professores em greve.

A abertura de negociações entre grevistas e governo é urgente. A juventude do Paraná não pode arcar com o ônus da intransigência, seja ela qual for. Além disso, muito preocupante é a campanha que o Governo está fazendo contra o movimento salarial dos professores: revelando dados parciais. A intenção parece-nos é colocar a opinião pública contra o professorado para assim, esvaziar o movimento, com isso, evidentemente, milhões estão sendo gastos.

Mas o mais grave, Senhores, é a consequência que essa campanha pelos meios de comunicação pode causar. A impressão que se tem é de que o governo do Paraná tem a intenção de colocar o professor da rede pública em uma posição, não a melhor, perante a opinião de todos, fazendo deste mesmo professor um vilão, impingindo-lhe culpas pelos gastos com os quais não pode arcar. A desmoralização do magistério pode piorar ainda mais a crise em que se encontra a educação em termos de Brasil.

Não se pode admitir que a profissão, que tem como base a dedicação incondicional e o profundo amor pelo semelhante, seja depreciada publicamente e que o professor carregue a cruz do descrédito.

A verdade é que os salários, em geral são baixos! Sim, o que os professores querem é, ganhar o suficiente para manter sua dignidade. Assim também querem os funcionários públicos que já começam a organizar greve geral. Os salários são baixos e a arrecadação do Estado também o é. São dois problemas reais que só podem ser resolvidos a partir da negociação. É preciso que as divergências sejam postas de lado e os orgulhos pessoais também. Nem a categoria, nem o Governo e nem a sociedade podem continuar pagando pela intransigência de alguns.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Amibelli) -
Consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu Horário. Com a palavra o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Governador Álvaro Dias quando veio a esta Casa em cumprimento ao mandamento constitucional, no início do atual período legislativo, afirmou que faria um relatório baseado na sinceridade.

Usou até na ocasião, o Governador, um relatório que o escritor Graciliano Ramos havia feito quando Prefeito de uma cidade interiorana de Alagoas. E dizia Graciliano Ramos naquele relatório a respeito das dificuldades do Município que administrava: "Aqui, neste pequeno Município, falta tudo!" E era em nome deste exemplo que o governador Álvaro Dias prometia manter com o parlamento e com o Paraná a linguagem da sinceridade, linguagem da coerência política. Pobre Paraná!

Paraná que não merecia o engodo que vive, como pobre é este Brasil que acreditou no sonho e que transformou as esperanças de brasileiros de todas as partes, em votos majoritários para o PMDB que hoje é o Partido do Governo a nível federal, municipal e estadual.

Coerência não existe mais por parte do Governador do Estado. É só verificar os seus discursos do passado, e cotejá-los com a mídia oficial, Senhores Deputados, pasmem, que este governo cresceu mais de 3.800%, porque é preciso construir a imagem não de um Governo, mas a imagem personalista de um líder político e é este líder que, no passado, falava da coerência, falava da dignidade, falava nos políticos que não mudavam de posições, que hoje simplesmente, tal qual um príncipe encastelado no Palácio, com os áulicos do seu lado, diz que não quer diálogo enquanto o professor não retornar à sala de aula. Os professores que têm neste Estado e nesta Nação uma longa tradição de luta, sabem que esta proposta governamental, é a forma de esvaziar o movimento dos professores, movimento este, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que é justo, porque enquanto que em março de 1987 a junho de 1988 a arrecadação do ICM no Estado do Paraná de acordo com os dados da Secretaria de Estado das Finanças e do próprio relatório de Álvaro Dias, cresceu, 850%, o vencimento do funcionalismo público do Estado do Paraná, cresceu apenas 550%.

Nós sabemos que o brasileiro que o assalariado vive hoje, os dias mais difíceis que se possa imaginar. Foi o Governo do PMDB que durante o Plano Cruzado ofereceu aos trabalhadores brasileiros o chamado "gatilho salarial". Foi o mesmo PMDB que retirou o "gatilho salarial" e colocou a chamada URP. Neste País, onde a única moeda válida realmente é OTN, o próprio PMDB retirou a URP dos servidores públicos, e não quero culpar aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os Deputados do PMDB, alguns dos quais são bem intencionados, e-

devem estar tendo um drama de consciência entre o dever da fidelidade palaciana e o dever à coerência e à lealdade, mas não há como negar. É o Governo do PMDB que fraudou o sonho, que fraudou a esperança e que quer roubar do povo brasileiro, agora, a última forma do povo se manifestar que é através do seu protesto, num movimento de greve após meses e meses de tentativas de diálogo fracassadas.

O Deputado Nereu Carlos Massignan, quando assumiu a tribuna, disse que não vinha em busca de aplausos. Eu já tive a oportunidade de dizer isto quando se discutiu a autonomia universitária. Mas disse Sua Excelência que era preciso manter-se atento aos fatos. Eu digo não. Neste Brasil é preciso sonhar ainda e ninguém, nenhum de nós, tem o direito de ser menor do que o seu próprio sonho. O sonho do Paraná é o sonho dos professores, é o sonho da educação, que é o diálogo que liberta os homens!

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulta a Liderança do Partido Democrata Cristão se fará uso do seu tempo.

DECLINA.

Havendo declinado, consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal.

Concedo a palavra ao Líder Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Passaram por esta tribuna os ilustres Parlamentares: Rafael Greca, Algaci Túlio, Pedro Tonelli, Ezequias Losso e agora, nesse instante o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Todos eles, mais que hipotecar solidariedade ao movimento reivindicatório do Magistério do Paraná, pediram o entendimento para que esta greve, este movimento, tenha um paradeiro.

Os assuntos e as matérias da Ordem do Dia ficaram em segundo plano; não porque as galerias estejam tomadas, mas porque os Deputados Estaduais também estão preocupados com a solução do problema que se arrasta.

Se, de um lado o Sr. Governador não discute, não fala com os professores em greve, por outro lado o Magistério não quer voltar às salas de aula sem uma palavra, sem uma satisfação sequer, daquele que foi seu companheiro em todos os movimentos reivindicatórios inclusive participando de acampamentos, não pode agora este homem mudar tanto. Antes tão democrático, agora isola-se distante e se nega ao diálogo.

Não tenho muita coisa a dizer nesta tribuna, senão repetir as palavras dos ilustres Deputados das Bancadas que men-

cionei, para concluir, num apelo à Bancada do PMDB; o Deputado Artagão Mattos Leão, e também do Deputado Nestor Baptista, Líder do Governo nesta Casa, para que votem, para que aprovem um requerimento que está sobre a mesa, que fora subscrito por integrantes das Bancadas de Oposição que solicitam a formação de uma Comissão Interpartidária para ser intermediária, do Legislativo, no Palácio, para alcançar a palavra e a atenção do Sr. Governador.

Ninguém, neste instante, sabe que todo o Paraná perde a cada dia que esta greve se prolonga, todos perdemos. E nós Deputados de Oposição, que nenhuma vantagem político-partidária, iremos buscar no Palácio.

Este nosso requerimento é posterior ao entendimento verbal que antes procuramos nos corredores da Assembléia, porque inclusive falando com o Deputado Erondy Silvério, ao Presidente desta Casa, também aos Líderes do PMDB para que instituíssemos esta comissão, antes mesmo dela ser requerida, para que o Plenário se pronunciasse a propósito.

Ora, por que não nós, integrantes de todas as Bancadas desta Casa, sermos recebidos pelo Sr. Governador do Estado? Por que o Sr. Governador do Estado não pode dizer a uma comissão de tamanha responsabilidade o que manda dizer através da imprensa, da televisão, dos jornais? Ainda ontem li uma longa entrevista concedida pelo ilustre Secretário de Estado da Educação, veiculada na "Gazeta do Povo" e um dos aspectos mais sérios que considerei em suas palavras, em sua entrevista, era que o Governo do Estado não podia atender o rol de reivindicações do magistério, porque 90% da receita do ICM são destinados à folha de pagamento dos funcionários públicos do Estado. Nós sabemos que esta declaração é gravíssima, num Estado como o nosso.

Já tivemos oportunidade de falar, anteriormente, sobre o assunto, e consideramos o Paraná um dos Estados economicamente mais fortes da União, grande produtor de tudo, particularmente da agricultura, muito especialmente em grãos exportáveis, mas arrecadar 90% da sua receita para pagar a folha dos funcionários? E como ficariam os outros compromissos do Estado? Como ficaria a manutenção da máquina administrativa, os compromissos que temos, pelo menos com os juros da nossa dívida externa, que não pagamos há muito tempo, e além de 340 milhões foi a quase 10 bilhões de dólares; como fica este Estado que cantamos como sendo um dos mais importantes do País, e ele o é?

Mas, não queremos entrar nesta particularidade. Com toda a honestidade, queremos ser úteis. Ora, se o Governador não

quer falar com os professores em greve, fora das salas de aula, e se os professores não querem voltar como saíram, a nós Parlamentares resta, por obrigação e por dever, fazer alguma coisa de concreto junto ao Sr. Governador e aos órgãos do Estado, para que possamos conseguir uma solução pacífica e da melhor forma possível.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Basílio Zanusso, o PDC fez questão de apoiar o requerimento de Vossa Excelência, propondo a formação de uma Comissão Interpartidária. E o PDC também faz um apelo ao Sr. Governador do Estado: não há demérito para nenhum homem público, no mundo, reabrir um diálogo. E eu acho que o Paraná está precisando. O Paraná está reivindicando que o Sr. Governador reabra este diálogo com a Assembléia Legislativa, através da Comissão Interpartidária e diretamente com os professores.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Muito obrigado, Deputado Edmar Luiz Costa.

Não me referi as palavras de Vossa Excelência, mas sei que foi um dos subscritores do requerimento.

Concluindo as nossas palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, reitero o apelo às Lideranças do PMDB para que, juntas, todas as Bancadas, possam ao encontro do Governo do Estado, ser úteis neste momento que sinto da maior gravidade ao Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Consulto a Liderança do PDT, se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Esta sessão e esta ocupação da Assembléia, colocam em jogo o velho conflito entre a luz e as trevas; entre a informação e o poder que se quer construir em cima da desinformação.

De repente, temos diante de nós todo o povo assalariado deste País pedindo ao poder que quando escutarem os banqueiros internacionais nas mesas de negociação da dívida externa, falem em austeridade, não decretem a panela vazia dos muitos pobres e dos oprimidos desta Nação de miseráveis. De repente, temos o último livro do Professor John Kennedy Gubreit, que foi ministro da economia ao tempo do Presidente John Kennedy, dizendo a uma platéia de desenvolvedores que se deve sim reestudar o pagamento desta dívida absurda, porque os Estados Unidos a seu tempo deixaram de pa-

gar a dívida contraída com a Inglaterra na época do Governo Roosevelt.

De repente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, corremos o risco dos Deputados do Governo subirem àquela tribuna e nos virem acusar.

Eu estava no segundo ano do ginásio em 1969, quando era negra a noite da ditadura e quando os professores ganhavam 5 salários-mínimos atuais, 8 salários-mínimos daquele tempo. Eu fui diretor da Casa da Memória de Curitiba ao tempo que se fez a greve através da qual os professores com o apoio do brilhante Deputado Álvaro Dias, conseguiram os 3 salários-mínimos que passou a ser o seu piso inicial.

No entanto, hoje, o que vemos. 1,6 salários mínimos de piso inicial. E vemos mais, uma política de comunicação social extremamente mentirosa, rolando nos vídeos, nos intervalos em que rola a prima Luiza nos braços do seu doce Basílio. Rolando vídeos para mentir, mentir sem o português do Eça, mas com a dialética do PC do B tentando criar a oposição entre os contrários, a mesma oposição que cai sobre esta Assembléia na hora, no dia de Tiradentes. O Governador declarou: "Mas os Deputados ganham demais". A mesma oposição que forma o jargão. "1,5 milhão para fazer um papel tão feio". Devemos nós, os Deputados do Paraná, não os Deputados do Governo, mas os Deputados do Paraná dizer ao príncipe que se abra ao diálogo, que pare de morrer, porque ele está morrendo, ele está morrendo e nós o devemos escapar. Morre o libertário nos braços do Antonio Carlos Magalhães, cada vez que apóia José Sarney. Morre o libertário quando vai com os seus acólitos celebrar a liturgia da morte da democracia, dizer ao Deputado Tadeu França que correu do PMDB, veio para o PDT, se arrependerá se não somar comigo e se não votar os "5 anos para José Sarney".

Morre o libertário: morre sempre: morre muito: morre cada vez mais quando fecha o Palácio, proíbe o diálogo e esclerosa as relações entre a sociedade. Morre quando anuncia, colorido, vibrante, enganado pelos seus assessores quando anuncia, usando a dialética velha que diz: "mentir sempre, mentir muito, mentir grande até que a mentira se transforme em verdade".

Volte para a vida Governador de todos os paranaenses, venha ser companheiro, venha caminhar conosco, venha dividir as contas do pão e da farinha, do arroz e do feijão!

Venha dividir as contas racionais.

Venha dizer, porque, se os celeiros estão abarrotados de grãos, há fome nas casas do povo?

Venha dizer, porque pedistes aos vossos Deputados que transformassem o que antes era lei, em favor do príncipe, esta

Casa, neste ano, tirou dos Deputados, pela sua maioria do PMDB, eleita em tempo de Plano Cruzado, o direito de definir a política salarial do Estado; agora é o Governo quem decide! Falar com o Governador não podemos nós! Contaminaríamos o Palácio! Talvez pensem assim como pensam assim os fariseus, que não queriam entrar em casa de Pilatos, mas queriam se contaminar e precisavam comer a Páscoa!

Mas, não há Páscoa possível, enquanto não se refizer o diálogo, não há Páscoa possível, não há passagem e não há vida enquanto não se refizer o diálogo!

Dizia o Deputado Nereu Carlos Massignan, que eu me faço de anjo, cordeiro do paraíso. Como desejaria sê-lo! No entanto, temo que nem o caolho Caronte, o porteiro mitológico dos infernos eu posso vir a ser, porque o povo, o povo deste Paraná, não teria a moeda de ouro para me pagar a passagem para o reino de Satanás!

Senhor Presidente, Senhores Deputados, aonde há moeda de ouro, nesta Nação de tanto ouro, se as panelas estão vazias?

Aonde há democracia, se se nega o diálogo?

Quero perguntar algumas coisas ao libertário, se ele ainda não morreu! Quantos professores celetistas há no Estado, nível por nível, seriam 8 mil e 200, como se conta alguém? Esta gente é sem avanço, e não tem possibilidades! O Governo pode provar que há 67% dos professores no último nível de carreira, e que são eles nababos, querendo ganhar entre 275 mil e 328 mil cruzados por mês? É possível a publicação da listagem com a média ano a ano, de todos os professores? É possível a publicação, no Diário Oficial, de todos os salários e de todos os funcionários públicos, deste Estado do Paraná, para que tenhamos a evidente transparência e não fique o PC do B dizendo que só os Deputados é que usurpamos a pública riqueza porque somos poucos e porque somos visíveis? É possível?

Senhor Presidente, Senhores Deputados, ao encerrar a minha intervenção, quero pedir aos Deputados de todo o Paraná e sobretudo, ao ex-libertário, que está em Palácio, que se retome o princípio evocado no discurso de posse do atual Governo: - "Agora vale a verdade, agora vale a vida, e de mãos dadas, trabalharemos todos juntos, pela vida verdadeira". As nossas mãos, abrindo a Assembléia para os professores, estão estendidas para o Governador para um diálogo real! Eu não sei se ele é capaz!

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Amibelli) - Consulta a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro se fará uso de seu tem-

po / Concedo a palavra ao Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

O mínimo que se pode exigir de um homem público, em todas as oportunidades de sua vida é coerência. Coerência que eu peço a Deus nunca me falte, no desempenho das minhas funções. No dia 14 de setembro de 1982, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, eu pronunciei nesta mesma Casa, desta mesma tribuna, as seguintes palavras: Achamos que não há como se discutir fora de uma realidade. O Professor, como qualquer outro funcionário público, tem o direito de ser contemplado com aumentos idênticos ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor, que era a aferição da oportunidade.

Todos nós sabemos que é esse índice que diz o quanto subiu o custo de vida, e no prazo ao último aumento do Magistério, este índice indicou um aumento real do custo de vida. Nessas condições a reivindicação do professorado está mais do que justa, mais do que a contra-oferta do Governo. Este índice do aumento do custo de vida é o que está prevalecendo no reajuste dos salários do trabalhador da empresa privada. Então vem a pergunta: Por que não se aplicar também ao funcionário público? Mas a realidade pelo lado do Governo também não pode ser ignorada, nem em vésperas de eleições, nem por demagogos, nem por políticos que estão jogando o professor num caminho sem volta: esta realidade não pode ser ignorada sequer pelos demagogos, quanto mais por aquelas pessoas que realmente acompanham a história da economia paranaense, por aquelas pessoas que ajudaram a votar o orçamento desta Casa, por aqueles Deputados que têm a obrigação e o dever, porque ganham e são pagos para isso, de acompanhar a execução da proposta orçamentária, palavras que pronunciei em 1982 e que cabem perfeitamente neste instante.

Era muito bonito, Senhor Presidente, eu chegar aqui e fazer um discurso, evocar cenas bíblicas, dantescas e ganhar aplausos dos Senhores Professores, mas eu uso a coerência na minha vida pública. Votamos e apreciamos a proposta orçamentária ora em vigência e sabemos que sem prejuízo de outras atividades a que o Estado está obrigado, cabe razão ao Governo do Estado em não atender as reivindicações que lhe são solicitadas nesse instante pelo Magistério paranaense.

É preciso que uma voz se erga nesta tribuna em defesa de um governo que tem sido acima de tudo criterioso e metódico no trato do dinheiro público. Não importa a simpatia ou antipatia que se lhe votem

Deputados da Oposição, e neste instante, professores do Paraná, o importante é o que a sociedade pensa do seu Governador, e as pesquisas de opinião pública estão aí indelmentíveis, afirmando o pensamento desta sociedade. O professorado que tem o direito de reivindicar um salário melhor e deve fazê-lo, deve compreender três coisas: primeiro a sociedade que os paga, que não suporta mais carga tributária de espécie nenhuma. Em segundo lugar Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, a situação dos demais funcionários públicos do Estado, esses sim estão em situação de penúria, porque o professor sempre é contemplado, e não importa que me dêem as costas, não importa Senhor Presidente. Esta é a educação que os mestres dão aos seus alunos e darão aos homens que vão gerir os destinos desta Nação. Não importa que me dêem as costas, eu não estou aqui em busca de popularidade, eu estou aqui para exercer o meu mandato com dignidade. Senhor Presidente, eu não admito insultos, há que se manter o respeito por este Poder.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Amibelli) - Esta Presidência solicita às galerias, diz o artigo 119, que esta Presidência irá cumpri-lo. Qualquer pessoa poderá assistir as Sessões nas galerias, contanto que esteja desarmada e guarde o maior silêncio, sem dar sinal de aplausos ou reprovação ao que se passar neste Plenário. Eu solicito às galerias que obedeçam o Regimento que esta Presidência faz lembrar nesse instante, caso contrário esta presidência irá agir com rigor, esvaziando as galerias. Vossa Excelência continua com a palavra, e o tempo que esta presidência usou será descontado do seu.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu agradeço a Vossa Excelência.

E o professorado deve ater-se a três questões: a primeira: a sociedade que os paga, e que não suporta mais, qualquer carga tributária sobre os ombros. Em segundo lugar: a situação dos demais segmentos do funcionalismo público do Estado. Estes sim, têm todo o direito de protestar, porque tiveram a sua URP suspensa, e os aumentos que lhe são concedidos, não correspondem à realidade. Mas, o professor sempre tem um aumento superior aos demais funcionários. Em terceiro lugar: Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, a baixa qualidade do ensino que se ministra hoje no Estado, isto é que deve preocupar com maior profundidade o professorado, e é uma verdade inegável.

Podem me dar as costas, que eu aceito perfeitamente. Mas é uma verdade inegável, a baixa qualidade do ensino.

Senhor Presidente, eu gostaria de con-

cluir o restante do pronunciamento que fiz, naquela oportunidade: É realidade que não pode ser ignorada, porque na empresa privada quando o patrão não pode pagar, não pode fazer o reajuste, ele simplesmente despede, e contrata funcionários mais baratos.

Ora, no serviço público isto é impossível. O funcionário tem direitos estatutários de estabilidade. O governo não pode simplesmente demitir, para reduzir a sua despesa, mediante a contratação de gente mais barata, ou reduzindo o contingente de trabalho. Porque, o que ninguém pode ignorar, principalmente, o Deputado, é que a proposta orçamentária tem que ser executada dentro da arrecadação. Que a proposta orçamentária estabelece uma previsão de receita mas, a despesa esta é sagrada. É aquela que tem que ser realizada pelo orçamento.

Se a receita não se comporta de acordo com a previsão, é evidente que o Governo não pode dar o passo maior do que a perna. E como a arrecadação do Estado, não acompanha também o ritmo de crescimento do custo de vida, muito pelo contrário, a arrecadação sofre a consequência da recessão dos negócios em geral, está criado o impasse.

Do outro lado, o poder público, sem dinheiro para cumprir esta reivindicação, que também considera justa, então ficamos aturdidos, sem ver a possibilidade da solução.

Se o Governo comprometer toda a sua arrecadação no pagamento do funcionalismo, param todas as obras do Estado, com prejuízo para a economia, e com prejuízos para toda a população.

Se o Governo concede o aumento reivindicado, e não pára as obras, certamente...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Amibelli) - Vossa Excelência terá mais 30 segundos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu gostaria que Vossa Excelência descontasse a interrupção que houve.

Certamente, haverá falta de dinheiro, e o funcionalismo passará a receber com atraso, o que não ocorre no Paraná, na última década, quando o funcionalismo, inclusive o professor, recebem antes do final do mês, o seu contracheque.

E se pararem as obras, ou se as contas dos empreiteiros deixarem de ser pagas, levam estes empresários à falência, provocam o desemprego, na área da administração pública, e nas obras públicas.

Senhor Presidente, todos os Senhores Deputados sabem, que os governos estaduais não emitem dinheiro, que os governos esta-

duais vivem da participação dos diversos fundos da Receita Federal.

O Sr. Pedro Tonelli- Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu estou com o tempo esgotado, senão com muito prazer, eu concederia a Vossa Excelência.

Todos sabem que o governo não emite dinheiro, que o governo vive dentro de uma proposta orçamentária que é rígida. Nessas condições, eu votarei favoravelmente ao requerimento do nobre Deputado Basílio Zarusso.

É preciso que se restabeleça o diálogo, mas, diálogo a própria origem da palavra diz, é diálogo, Senhor Presidente, não é pressão. Não é dar as costas aos Deputados que dizem a verdade, a verdade que dói, a verdade que deve ser ouvida, não só por aqueles que bajulam o professor nesta tarde, mas por aqueles que têm o dever de mostrar a realidade do Estado.

Eu votarei favoravelmente ao Requerimento. Acho que deve ser restabelecido o diálogo ou pelo Governador ou pela área própria da educação, mas, o diálogo tem que ser restabelecido.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Amibelli)- Consulta à Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, se fará uso do seu tempo.

Concedo a palavra ao Líder, Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Professores do Paraná.

Ouvimos, hoje, mais uma vez e com renovada atenção os companheiros Parlamentares, que passaram pela tribuna, principalmente, os da Oposição.

Para início, gostaria de deixar aqui registrado, Senhor Presidente, que a Bancada PMDB em momento algum tem-se furtado de levar ao Governo do Estado a preocupação dos Funcionários Públicos do Paraná. Em momento algum, nos encontros diários que temos com o Senhor Governador do Estado, Deputado Artagão Mattos Leão, Líder da Bancada, eu, na qualidade de Líder do Governo, Vice-Líderes da Bancada do Governo e companheiros Deputados, temos levado, sistematicamente, a nossa preocupação ao Governador de todos os paranaenses.

A crise que vivemos hoje, a crise que vive o professor, que vive o trabalhador brasileiro, não foi uma crise que começou em 1987, ou que começou em 1983. Senhor Presidente, Senhores Deputados, causa uma profunda apreensão, quando aqueles mesmos que ontem agoitavam o professor, o estu-

dante, o trabalhador, hoje são os demagogos mais declarados e mais preocupados em receber os aplausos. Aliás, faz parte do demagogo, ele se encanta, se devaneia diante do espelho, o espelho da mentira a ele, Senhor Presidente.

Eu ouvia, atentamente, o Ilustrado Deputado Rafael Greca, que nem uma moeda de ouro é capaz de comprá-lo. Já comprou muitos de seus companheiros, inclusive, o seu Chefe-mor o ex-Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, que até o título transferiu para o Rio de Janeiro, comprado pelo Governo do Estado do Rio, comprado pelo BANERJ, o mesmo BANERJ, Senhores professores, que foi que sofreu, digo melhor, intervenção do Banco Central por ter um furo do seu PDT, nobre Deputado, de um bilhão e cem milhões de dólares. Então Senhor Presidente...

O Sr. Rafael Greca- Questão de Ordem, Senhor Presidente?

O SR. NESTOR BAPTISTA - ... Eu estou com a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Amibelli)- Concedo, pela ordem, a palavra ao Deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca- (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o grave momento que vive o Paraná...

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, a questão de ordem não é procedente, Senhor Presidente. Eu quero saber qual é o artigo Senhor Presidente... (conversas paralelas).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Amibelli)- Vossa Excelência requer a questão de ordem baseado em que?

O Sr. Rafael Greca- Eu requero a questão de ordem baseada na ofensa que me faz Sua Excelência...

O SR. NESTOR BAPTISTA - ... Não, absolutamente, Senhor Presidente...

(Conversas paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Amibelli)- Eu peço ao Deputado que está na tribuna e o que pede a questão de ordem que mantenham os ânimos serenados, porque esta Presidência não deixará que a ordem seja quebrada neste Plenário.

Esta Presidência irá cumprir o Regimento Interno na sua totalidade.

Continua com a palavra o Deputado que se encontra na tribuna.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente.

Eu não esperava uma reação tão violenta do preocupado Deputado Rafael Greca, porque tão violenta explico aos professores que não entenderam o porquê. Porque o Deputado Rafael Greca, não sei porquê, anda muito preocupado com príncipes, talvez com príncipos de princesa, até pode.

Mas eu, Sr. Presidente, não ofendi Vossa Excelência e queria dizer aos Senhores professores, aqui está a legítima professora. Presidente da APP, a Professora Izolde Andreata.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, Sua Excelência o nobre Líder do Governo, está transformando o seu pronunciamento numa indústria de pequenos rancores.

(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência irá conceder a palavra pela ordem, imediatamente ao Líder Artagão Mattos Leão, porém faz um apelo ao Líder que se encontra na tribuna que deixe as ofensas pessoais para outra hora.

Concedo a palavra pela ordem, ao Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)

Quando o Deputado Rafael Greca fez uso da palavra, por duas vezes inclusive, ele teve a liberdade para fazê-lo, então eu solicito a Vossa Excelência que mantenha o direito a palavra ao Deputado Nestor Baptista. O Deputado Rafael Greca pode se inscrever em Explicações Pessoais se for o caso, se tiver interesse, mas ele falou no Pequeno Expediente, na Hora da sua Liderança, que conceda e mantenha a palavra, e garanta a palavra agora neste momento ao Deputado Nestor Baptista.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência deixa de responder a Vossa Excelência, porque é obrigação da Presidência assegurar a palavra aos oradores que se encontram na tribuna.

Vossa Excelência tem a palavra e o seu tempo será acrescido do tempo que perdeu com os apartes fora de questão de ordem.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Sr. Presidente.

Eu apenas gostaria de ressaltar que em momento algum fiz ofensa pessoal ao Deputado Rafael Greca, em momento algum fiz ofensa pessoal a qualquer Deputado que seja.

Mas, eu me referia a Professora Izolde Andreata, minha conterrânea, da nossa querida Ponta Grossa, Sr. Presidente e eu quero fazer justiça mais uma vez à Bancada do PMDB. Não tivemos sessão na semana passada, permitimos o maior espaço para os

demagogos falarem à vontade, porque a Bancada do PMDB esteve preocupada a semana inteira, e o Presidente está reunindo a Bancada do PMDB, a nossa Liderança a nossa Comissão de Educação, para que também tenhamos o final desse impasse, impasse agora é dos professores, dos professores inteligentes, dos professores preparados do Paraná, dos professores que questionam os seus salários, e discutir salário é a coisa mais difícil do mundo, porque cada um sabe onde está, como está o seu bolso, qual é o comportamento orçamentário, mas nós temos quase 190 mil funcionários públicos no Paraná.

Quando o Governador Álvaro Dias não quer dar um atendimento aos professores, aos 65 mil professores, aos quase 70 mil professores do Paraná, é porque temos mais 120 mil funcionários públicos que também atravessam hoje uma situação difícil, criada ao longo de muitos e muitos anos, ao longo de Transamazônica, da Ponte Rio Niterói, de Usinas Nucleares, de falta de diálogo, de falta de atendimento, porque esta Casa, eu estou aqui já pelo meu terceiro mandato, graças inclusive ao apoio de muitos e muitos professores, e eu nunca vi isso, nunca vi a população participar, a Casa sempre esteve fechada, era na rua o acampamento e eu quero deixar claro e que acompanhei várias greves, não só dos professores, mas greves da construção civil, dos estudantes, da área de saúde do Paraná e continuo coerente com a minha posição. Nós temos quase nove milhões de paranaenses que precisam da atenção do Governador. Os professores precisam porque temos reiterado aqui também só através da educação faremos deste um País digno, um País coerente, um País de brasileiros e esta tem sido a nossa preocupação. Não pensem os Srs. Deputados, não pensem os Srs. professores que a Bancada do PMDB está despreocupada. Está preocupada, porque queremos que mais de um milhão e duzentas mil crianças tenham de imediato...

(término de tempo)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência terá mais 30 segundos.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Concluo, Sr. Presidente. Queremos, a Bancada do PMDB deseja, e acredito que também a Oposição assim o quer, que mais de um milhão e duzentas mil crianças tenham a aula de imediato, os pais estão preocupados, os pais que trabalham ou que não trabalham, mas estão preocupados com a falta de escola para as crianças e nós também queremos, Srs. professores, a solução mais urgente possível. Estamos trabalhando para isto. Está difícil o embate, mas nós conseguire-

mos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Amibelli)
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, devidamente apoiada. - Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Neivo Beraldin para substituir o Sr. Deputado Lauro Lobo Alcântara em todas as Comissões Permanentes da Casa. - À Diretoria Legislativa, para arquivar.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 379/87, de autoria dos Deputados ORLANDO PESSUTI e AMÉLIA HRUSCHKA, que declara de Utilidade Pública o CAPÍTULO ÁGUA VERDE - AMORC, com sede e foro nesta Capital. - Aprovado. (Public. no D.A. nº 148/87, de 03.12.87).

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 103/87, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Senhoras de Rotarianos de Chopinzinho" Casa da Amizade - com sede e foro na Cidade de Chopinzinho-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº

359/87, de autoria do Deputado Quielise Crisóstomo, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção a Maternidade e a Infância", com sede e foro no Município de Xanbrê. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 85/88, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que concede o Título de Cidadã Benemérita do Paraná, à Doutora Rosy de Macedo Pinheiro Lima. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 89/88, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcântara, que declara de Utilidade Pública o "Grupo Espírita Solidariedade", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 146/87, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que estabelece o Ensino obrigatório de táticas de prevenção contra a AIDS, em toda a Rede Estadual de Ensino do Paraná, conforme especifica. Com Pareceres Contrários da C.C.J., e C.E., por unanimidade, e Parecer Favorável da C.S.P., por unanimidade. Com emenda de Plenário. Em Regime de Urgência.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de Plenário de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI Nº 146/87

Art. 1º - Estabelece o Ensino obrigatório de táticas de prevenção contra a AIDS - Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, em toda a Rede Estadual de Ensino do Paraná, através das disciplinas Ciências Físicas e Biológicas, constantes do currículo Escolar de Segundo Grau.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.88

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - (Para Encaminhar) Sr. Presidente, é interessante que venha este pedido à Assembléia, que é de autoria do Líder da Bancada do Governo exatamente numa sessão em que temos uma plateia de educadores.

A princípio preocupou-se à Bancada da Oposição este Projeto de Lei. Depois fomos ver, ele grafa o ensino da prevenção à AIDS no 2º Grau. Portanto, nada há que impeça a instituição dessa disciplina.

Eu gostaria de obter do Líder da Ban-

cada do Governo a mesma solicitude e boa vontade para com o Projeto de minha autoria que pede o ensino da História e da Geografia do Paraná nas escolas da Rede Pública Estadual, pela razão muito simples: assim como devem as crianças ser preparadas para a vida, escapando desta peste que aflige e oprime a humanidade, hoje, devem os paranaenses ser preparados para o convívio social, tendo conhecimento do nosso chão e da nossa História, porque desta forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cresce o interesse de todos por efetivas soluções para os nossos problemas e se evita o despaupeiro de, por exemplo, se entender as referências ao "Príncipe", a obra magistral de Nicola Maquiavel, que aliás só foi lida por uma princesa, a nariguda Rainha Cristina da Suécia, que, aliás, era déspota esclarecida, de se entender como ofensa a um governante as referências feitas à obra magistral do Renascimento Político.

De maneira, Deputado Artagão Mattos Leão, que referindo um texto de um poeta do século IV chamado Juvêncio que diz ser numa ocasião uma mulher muito bonita, de cabelos todos defronte do rosto e a nuca pelada e que vem levantando o pó dos caminhos. Ao mesmo tempo em que eu me associo a sua iniciativa, eu acho que a Assembléia faz desse seu Projeto de Lei a ocasião de semear a informação entre as crianças do Estado, eu também, ainda uma vez, não querendo fugir do assunto, convido à Bancada do PMDB a aceitar o convite da ocasião que está nas galerias e nos caminhos, pedindo o diálogo, depois que ela passa, e atrás dela - isso também vale para a discussão da AIDS -, vem o seu irmão, é manco, é coxo, eu não sei se é companheiro de Antônio Carlos Magalhães, mas ele se chama arrependimento.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em votação. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 270/87, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de atores habilitados e residentes no Paraná nas campanhas publicitárias do Governo Estadual, tanto na mídia eletrônica como na mídia impressa. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.R.H., e da C.C.E., por unanimidade, na forma de Emenda Substitutiva da C.C.J., em Regime de Urgência.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral de Plenário, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO,

AO PROJETO DE LEI Nº 270/87

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar artistas e técnicos, devidamente habilitados e com registro fornecido pela Delegacia Regional do Trabalho em CTPS, residentes no Paraná, para as campanhas publicitárias do Governo, tanto nas mídias eletrônica como impressa, na preferência de 75% (setenta e cinco por cento) sobre os mesmos profissionais de outros estados.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.08.88

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

Apoio: Milton Barbosa, Valderi Mendes Vilela, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Cândido Bastos, Rafael Greca, Pedro Tonelli, Caio Quintana, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri e Antônio Annibelli.

JUSTIFICATIVA:

O artista e técnico do Paraná têm o seu espaço de trabalho já reduzido, quer atuando no palco, quer no cinema ou na televisão, ou em qualquer forma de expressão de sua arte. Pagam impostos como qualquer outro contribuinte de nosso Estado, quando das produções de campanhas publicitárias patrocinadas pelos Governos Estadual e Municipais, amiúde se vêem campanhas paranasitas usando artistas "importados" de outros estados, que recebem seu pagamento daqui e gastam-no lá. Além do mais, seu sotaque não é paranaense, tornando a mensagem falsa.

O artista e o técnico do Paraná são tão bons e tão profissionais como quaisquer outros e precisam trabalhar, precisam de mercado para atuarem, mas com reconhecimento e valorização da mão-de-obra local, haja vista que temos aqui em nosso Estado uma escola do "naípe" do Guaíra. Portanto, o que está existindo é uma incoerência em não investir e em não aproveitá-los.

Na realidade, não precisaria de uma Lei para regulamentar a participação do artista e do técnico, se a mão-de-obra já formada e a em formação estivessem sendo utilizadas espontaneamente.

A profissão de artista e de técnico é regulamentada através da Lei nº 6533, de 24 de maio de 1978 e o Paraná conta hoje com uma população de 3.888 profissionais cadastrados.

Em votação a Emenda Substitutiva Geral da C.C.J., - Rejeitada.

Em votação a Emenda Substitutiva Geral. Aprovada.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 63/88, de autoria do Deputado Homero Oguidó, que denomina de "Estrada Doutor Lan-

Landulfo Mendes de Souza, a estrada que liga a Cidade de Cambé ao Distrito de Vila Prado Ferreira, no Município de Mirassolva, conforme especifica. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. n° 17, de 04.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 63/88

O Plano de Lei em tela, de autoria do Nobre Deputado Homero Oguido, denomina de "Estrada Doutor Landulfo Mendes de Souza", a estrada que liga a Cidade de Cambé ao Distrito de Vila Prado Ferreira.

Trata de uma figura humana que empreendeu luta incansável para a realização desta Estrada, ora objeto da presente medida.

Preocupado com a saúde e bem estar das famílias que com ele trabalhavam, desenvolveu um sistema assistencial a estas famílias, sistema esse que é mantido até hoje por seus herdeiros e sucessores.

Várias foram as suas realizações, tais como: incentivo à cultura, sendo um dos pioneiros na implantação e manutenção das escolas rurais; implantação de novas técnicas que pudessem trazer benefícios a todas as famílias que trabalhavam em sua fazenda.

Auxiliou a Administração municipal, com a obtenção de doações de terras de propriedades vizinhas, com a finalidade de implantar um sistema vicinal que permitisse a passagem da estrada que liga a Cidade de Cambé ao Distrito acima mencionado, do Município de Alvorada do Sul, que hoje está sendo totalmente asfaltada, por iniciativa do Governo Estadual.

Portanto a homenagem que neste momento é feita é das mais justas e dignas, e esta Douta Comissão de Constituição e Justiça, ao se pronunciar sobre a medida proposta, entende que inexistente qualquer impedimento que possa vir a prejudicar o trâmite normal desta proposta, pelos demais órgãos desta Colenda Casa de Leis.

Assim sendo, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 10.05.88

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

DAVID CHERIEGATE - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 63/88

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do Nobre Deputado Homero Oguido, denomina de "Doutor Landulfo Mendes de Souza" a Estrada que liga a Cidade de Cambé ao Distrito de Vila Prado Ferreira.

O presente Projeto de Lei já foi exa-

minado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu Parecer Favorável, pois não há qualquer impedimento de ordem legal ou constitucional.

Esta Comissão examinando o mérito da matéria conclui que é de justiça homenagear um homem que dedicou sua vida em prol do progresso de sua região, como esclarece a justificativa do Projeto de Lei.

Neste sentido oferecemos o nosso Parecer Favorável pela Aprovação da matéria em tela.

Sala das Comissões, em 02.06.88

(aa) ACYR MEZZADRI - Presidente;

DAVID CHERIEGATE - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 94/88, de autoria do Deputado Acyr Mezzadri, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores de Campo Alto II", com sede e foro na Cidade de Colombo. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no D.A. 30, de 27.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 94/88

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Acyr Mezzadri, objetiva o presente plano de Lei declarar de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores de Campo Alto II", com sede e foro na Cidade de Colombo.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela Aprovação do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.06.88

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

LAURO LOBO ALCANTARA - Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 101/88, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Moradores e Amigos do Jardim Planalto" com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado. (Public. no D.A. 30, de 27.04.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 101/88

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Pirajá Ferreira, visa o presente Projeto de Lei declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Planalto, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Tendo em vista o anexo do Relatório de Atividades referente ao exercício de 1987, o presente Projeto encontra-se devidamente instruído de acordo com a legislação pertinente à matéria, inexistindo desta forma, qualquer óbice de natureza legal ou regimental para a normal tramitação por esta augusta Casa.

Face ao exposto, somos pela Aprovação do presente Projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 14.06.88

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

LAURO LOBO ALCANTARA - Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 113/88, de autoria do Deputado Anibal Khury, que transfere ao filho deficiente do beneficiário original, Senhor Adão Afonso Hartkoph, a pensão concedida através da Lei promulgada n° 46/64 de 14.09.64. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Aprovado. (Public. no D.A. 33, de 03.05.88.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 113/88

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, transfere ao filho deficiente do beneficiária original, Adão Afonso Hartkoph, a pensão concedida através da Lei Promulgada n° 46, de 14 de setembro de 1964.

A Lei promulgada n° 46/64 concedeu para a Senhora Maria Afonso Hartkoph uma pensão mensal que, em valores monetários de hoje, representa menos de um salário mínimo. Tal pensão permitia o sustento dela e de seu filho, que é excepcional.

Vale salientar que atestado médico e declaração de pessoas idôneas, que acompanham a matéria, comprovam que Adão Afonso Hartkoph não possui condições nem físicas, nem mentais para o pleno exercício de sua vida civil.

Com o falecimento da referida senhora recentemente, ficou seu filho desamparado e sem condições de sobrevivência.

A medida proposta, transferindo a pensão para Adão Afonso Hartkoph, não vai significar nenhum privilégio, sendo antes um ato de justiça que permitirá a um ser humano prover as suas necessidades de sobrevivência.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer Favorável, opinando pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 21.06.88

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

CAÍTO QUINTANA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 113/88

P A R E C E R:

O Plano de Lei ora em apreciação por esta Comissão, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, tem, por objetivo, transferir ao Senhor Adão Afonso Hartkoph, excepcional, a pensão concedida a Senhora Maria Afonso Hartkoph, genitora e falecida em 87.

A referida pensão foi promulgada pela Lei n. 46, de 14.09.64, e de acordo com os documentos anexos comprovantes de tal situação, aliado ao procedimento correto da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que entendem Constitucional o pleiteado, somos de parecer, também favorável ao presente Projeto, votando para a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.06.88.

(aa) CANDIDO BASTOS

Presidente

ALEXANDRE CERANTO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 138/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO LAR MOSSUNGUE, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no D.A. 43, de 18.05.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 138/88

P A R E C E R:

Examinando o Projeto em pauta, de autoria do ilustre Deputado ANIBAL KHURY, que objetiva declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO LAR MOSSUNGUE, com sede e foro nesta Capital, esta Comissão entende que:

- Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação pertinente, inexistindo portanto, óbices de natureza regimental à sua tramitação normal nesta Casa.

Diante destas circunstâncias e da justificativa plenamente fundamentada, somos pela aprovação do presente Plano de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

LAURO LOBO ALCANTARA

Relator

Sobre a mesa, requerimento de n. 163, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 214, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zamusso, constante do expediente. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de Preferência de Votação acima aprovado:

Requerimento de n. 213, de autoria de Líderes de diversos Partidos Políticos, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão de Parlamentares composta pelo Presidente da Comissão de Educação desta Casa Legislativa e por um representante de cada partido político com assento neste Plenário com o objetivo de gestionar junto ao Governo Estadual para que este abra um diálogo franco com as lideranças do movimento reivindicatório do magistério paranaense, servindo ainda como mediadora nas negociações necessárias. Em votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)
Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de n. 203, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 184, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 185, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 198, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 164, de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 165, de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 166, de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 170, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 171, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 172, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

do. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 173, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 174, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 175, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 176, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 177, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 178, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 179, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 180, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n. 181, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 183, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O Sr. Artagão Mattos Leão - (Para discutir)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Para discutir, adia-se na forma regimental, em virtude da solicitação do Líder Artagão Mattos Leão.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Vossa Excelência tomou conhecimento do conteúdo do pedido de informações e eu não entendi como é que o Líder do PMDB descobriu o que contém este pedido de informações.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Eu quero que Vossa Excelência traduza, o

que falou pois esta Presidência não entendeu o que Vossa Excelência disse.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu quero entender como é que Vossa Excelência falou de um pedido de informações de vários assuntos, e como é que o Líder do PMDB sabe que vários assuntos são estes para pedir o adiamento da discussão. Gostaria que Vossa Excelência lesse a súmula do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência deve ter, ou melhor, a assessoria da Liderança deve ter tido a competência de ler como Vossa Excelência sempre teve, e todos os Deputados têm acesso à Mesa.

O SR. ALGACI TÚLIO - Mas é normal Vossa Excelência ler a súmula do requerimento de informações.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) É que Vossa Excelência por descuido de Vossa assessoria e como é praxe, e é comum nesta Casa, que todos os requerimentos sejam feitos com a súmula, e o de Vossa Excelência não continha a referida súmula.

O SR. ALGACI TÚLIO - Não é verdade. Vossa Excelência está faltando com a verdade para comigo.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência não aceita que Vossa Excelência se dirija à Mesa, desta maneira, porque esta Presidência tem se mantido em todas as vezes, com dignidade, e respeito.

O SR. ALGACI TÚLIO - Vossa Excelência quer uma afirmação de minha parte, que não é verdadeira.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Solicito ao sistema de som que retire o som do microfone do Deputado Algaci Túlio. Democracia se faz com respeito.

Requerimento de n. 187, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senhor Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela ordem) Senhor Presidente, todos sabemos que Vossa Excelência tem demonstrado nos últimos dias que é um verdadeiro democrata. Vossa Excelência tem agido com presteza

abrindo as portas da Assembléia aos Senhores professores e presidindo as sessões sempre agindo com imparcialidade.

Senhor Presidente, eu tenho em mãos o Requerimento do Deputado Algaci Túlio, já o li por diversas vezes e só por isso sei o conteúdo. Apenas para esclarecer, Senhor Presidente, e dizer novamente que as palavras do Deputado Algaci Túlio dirigidas a Vossa Excelência não procedem. Porque renovo e repito, Vossa Excelência tem agido com presteza, com dedicação demonstrando ser um democrata por excelência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Requerimento de n. 194, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 195, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 197, de autoria do Senhor Deputado, Cândido Bastos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 200, de autoria do Senhor Deputado, Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 199, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 201, de autoria do Senhor Deputado Acyr Mezzadri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 202, de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 204, de autoria do Senhor Deputado Antonio Costenaro Neto, com apoio do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 205, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 206, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 207, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 208, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

tiva.

Requerimento de n. 209, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa

Requerimento de n. 210, de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, esta Liderança não podia deixar que se interrompa a Sessão, vendo que a Bancada do PMDB, está se retirando do Plenário sem perceber, talvez, pelo calor das palavras, o atrito que estabeleceu entre o Deputado Algaci Túlio e a Presidência da Casa.

Não tem a Bancada do PDT qualquer intenção de diminuir o Presidente do Poder Legislativo do Estado, que, entendemos, representa todos os paranaenses e não representa nenhuma posição partidária.

Repetidas vezes, temos reconhecido em Vossa Excelência o autêntico democrata que sabe ser.

Então, ainda antes que se interrompa a sessão, nós nos penitenciamos pela falha da assessoria por não ter redigido, no Pedido de Informações do Deputado Algaci Túlio, a súmula necessária. No entanto, gostaríamos de ver, realmente, este Pedido de Informações proclamado e respondido ao povo do Paraná. É claro, que se ilustre Bancada da Situação concordar em tomar assento aqui e votá-lo, porque estranhamente é o que normalmente acontece nas câmaras de vereadores, aqui é preciso que para que um Deputado pergunte, a Assembléia inteira aquiesça. Eu já acho que na nova Constituição do Estado, a dúvida de um Deputado deve ser respondida pelo Poder e não simplesmente depender da aquiescência de toda a Bancada Governista. De maneira que eu faço desta Questão de Ordem e o meu protesto pelo esvaziamento da sessão, que breve cairá, e a minha homenagem a Vossa Excelência pela maneira correta como tem conduzido os trabalhos nesta Assembléia, inclusive pela forma urbana como a Mesa, conduzida por Vossa Excelência e pelo Deputado Anibal Khury têm acolhido os senhores professores, nesta Casa, evitando que ela se transforme num cárcere ou num castigo, mas seja efetivamente a casa do diálogo e da pressão política, por que não?

Era isto.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência responde à Questão de Ordem de Vossa Excelência dizendo apenas, reportando-se ao fato da leitura do Requerimento, que Vossa Excelência e toda esta Casa terá oportunidade de ler, amanhã, e tomar conhecimento através de uma leitura do Senhor 1º Secretário, quando voltar a

discussão, e Vossa Excelência é sabedor disso.

Pela Ordem, com a palavra o Deputado Artagão Mattos Leão.

O Sr. Artagão Mattos Leão - (Pela Ordem) Apenas para esclarecer, Senhor Presidente, que procede apenas em parte a Questão de Ordem do ilustre Deputado Rafael Greca. Procede na parte em que se refere a Vossa Excelência. Evidentemente pois na parte em que se refere ao Requerimento não procede, porque este Requerimento já teve a sua votação e discussão adiada. Voltará a discussão e à votação amanhã, normalmente, de acordo com o Regimento Interno, então a retirada da Bancada do PMDB, neste momento, em nada afeta à votação do Requerimento do ilustre Deputado Algaci Túlio.

Apenas para esclarecer, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli - (Pela Ordem) Eu reiterei o meu pedido para discutir o Requerimento que está em discussão e em votação, o Requerimento do Deputado Raul Lopes, que se refere à política nas escolas, para tomarmos conhecimento e votarmos amanhã. Só para lembrar, porque o meu pedido para discutir foi ...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) O requerimento do Deputado Raul Lopes já foi votado.

O Sr. Pedro Tonelli - (Pela Ordem) Não, mas o último que foi mencionado, quando Vossa Excelência mencionou "em discussão", eu pedi para discutir e ao mesmo tempo o Deputado Rafael Greca pediu a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência mandará a Vossa Excelência o Requerimento, para que Vossa Excelência tenha conhecimento. Porém, é matéria vencida e já foi anunciado o resultado da votação.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - (Pela Ordem) Senhor Presidente, realmente ficamos felizes com a posição do nosso Líder, Deputado Rafael Greca, que se expressou muito bem a respeito de Vossa Excelência.

Mas, o Líder do Governo não tem razão nenhuma, porque do lado de cá, Senhor Presidente, os Deputados sabem muito bem o motivo pelo qual se levantou toda a Bancada do PMDB. É que o Deputado Algaci Túlio se inscreveu em Explicações Pessoais, um direito que ele tem. Então, agora, o Líder

do Governo, o Líder do PMDB, vem dizer que o Requerimento não voltará à votação, nós sabemos disso. Já esclareci a ele que já sabemos o motivo da debandada. E aceitamos. É o jogo da maioria e temos que aceitar.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em todos os Parlamntos, tanto a Oposição como a Situação, existe para abandonar o Plenário nas horas devidas. E a Oposição, várias vezes, já fez uso deste expediente.

Requerimento de n. 211, de autoria dos Senhores Deputados, Raul Lopes, Ferrari Júnior, Antônio Bárbara e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Em votação.

O Sr. Algaci Túlio - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em discussão. Em votação.

O Sr. Artagão Mattos Leão - (Pela Ordem) Eu solicito verificação de votação.

O Sr. Pedro Tonelli - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O Sr. Algaci Túlio - Eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência só concederá "Pela Ordem" a partir do anúncio do resultado. Em votação. Aprovado.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Eu solicitei verificação de votação.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere o pedido do Líder Artagão Mattos Leão e do Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Algaci Túlio - Senhor Presidente, eu pedi "Pela Ordem" antes do Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência tem razão. Pela Ordem, concedo a palavra a Vossa Excelência.

O Sr. Algaci Túlio - (Pela Ordem) Gostaria de responder ao Líder do PMDB, Senhor Presidente, aliás a Vossa Excelência que disse que a Oposição também deixou o Plenário várias vezes. Deixou quando as matérias eram votadas contra o interesse do povo e que eram de interesses, apenas, do

Poder. Por esta razão é que a Bancada da Oposição saiu várias vezes do Plenário. Na queda do URP, inclusive.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Caio Quintana) (faz a chamada nominal) ...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Quatorze Senhores Deputados responderam a chamada, não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 23, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 146, 270/87.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 63, 94, 101, 113 e 138/88.

Levanta-se a Sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ARTAGÃO MATTOS LEÃO, EM SESSÃO DO DIA 22 DE AGOSTO DE 1988.

"A Escola de Meninos de Rua faz uma Homenagem ao Des. Cunha Pereira"

O Desembargador Francisco Cunha Pereira - que foi o primeiro juiz de menores de Curitiba, e o terceiro do Brasil - planejou, há mais de 50 anos, construiu uma escola-oficina para menores abandonados.

Hoje, este plano tornou-se realidade, pois no próximo dia 15, na presença do prefeito Roberto Requião e do Governador Álvaro Dias, será inaugurada a Assoma - Associação dos Meninos de Curitiba, única escola alternativa do Brasil e América Latina para meninos e meninas de rua, que visa a dar uma oportunidade de vida ao menor abandonado.

Atendendo a faixa etária dos 7 aos 17 anos a Assoma é um projeto arrojado da administração Roberto Requião. Baseada na proposta do educador Antônio Carlos Gomes da Costa, da Febem de Minas Gerais e consultor da Unicef, e de Paulo Freire, educador renome nacional, a Associação dos Meninos de Curitiba viabiliza a educação pelo trabalho, de maneira que os menores possam ir ao encontro das normas da sociedade, criando uma oportunidade de vida e possibilitando o exercício pleno de sua

Assoma.

Com capacidade para atender a 700 crianças, a Assoma foi implantada no edifício onde antigamente funcionava o matadouro municipal, na Avenida Salgado Filho, 151, no Guabirutuba. Numa edificação de 3,2 mil metros, onde foram preservados todos os detalhes arquitetônicos originais, a Associação dos Meninos de Curitiba está construída numa área de 18 mil metros quadrados, projetada pelo arquiteto Mauro Magnabosco, do IPPUC, executada pelo engenheiro Mário Tookuni, da Secretaria de Obras, e tem a coordenação pedagógica de Maria Merlo Quarenghi, secretária municipal do Menor.

Funcionando efetivamente há dois meses, a Assoma é caracterizada como "Experiência Pedagógica Livre", de acordo com a Lei n. 05692/71, artigos 9º e 64º, atuando como escola alternativa, oficina de iniciação profissional e unidade de geração de renda.

EDUCAÇÃO PELO TRABALHO

Como escola alternativa, a Assoma possui uma proposta pedagógica para meninos de rua, que é educação pelo trabalho, ou seja, a criança aprende trabalhando. É possível observar, diariamente, que, enquanto aprendem a fazer o pão na oficina de panificação, os alunos recebem do educador noções sobre o sistema de medidas, como o quilograma e unidade de massa; aulas de leitura - ao utilizarem a receita, além de poderem se familiarizar com o feitiço do pão, que é o ofício.

Nas oficinas da Assoma, o menino faz sua opção e, a partir dela, traça, com os educadores, seus programas de estudo e trabalho em horário integral. Com isso, a situação de aprendizagem deverá permitir aos meninos a garantia de sua sobrevivência, incluindo a substituição do ganho de rua - através de uma bolsa-auxílio, a preparação para o trabalho e o ingresso ou retorno à escola regular.

"A Assoma é um sistema aberto de atendimento e procura espontânea, que respeita a vontade de permanência dos meninos e sua individualidade, trabalhando suas relações com a família e aliando o fazer ao saber, a ação ao conceito, o trabalho normal ao trabalho intelectual", segundo Maristela Requião, presidente de honra da Associação dos Meninos de Curitiba. O ingresso da criança na Assoma efetua-se do programa Educador Social de Rua - porta de entrada para a escola-oficina. Segundo Maria Quarenghi, após um estágio na Oficina de Convivência Integrada - situada no centro da cidade as crianças passam para a Escola Alternativa onde, num primeiro turno, têm aulas para a escolarização e, no segundo, trabalham para a profissionalização.

Projetada, construída e implantada pela administração do prefeito Roberto Requião, a Escola Oficina pretende criar condições e oportunidade para que as crianças possam retornar aos bancos escolares, aprender um ofício e sair das ruas. Batizada com o nome do desembargador Francisco Cunha Pereira, que foi o primeiro juiz de menores de Curitiba e o terceiro do Brasil, a Escola Alternativa da Assoma estará, com esta homenagem, prestando o seu reconhecimento a todos os juizes de menores do Brasil, diz Maria Quarenghi.

Para o prefeito Roberto Requião, "é o sonho do desembargador Cunha Pereira, que se tornou realidade atendendo aos anseios de todos os cidadãos curitibanos".

OFICINAS DE INICIAÇÃO PROFISSIONAL

Com apenas dois meses de funcionamento, a Assoma possui mais de 80 crianças, que através das oficinas da alfabetização, matemática, língua portuguesa, estudos sociais, ciências, música, artes, esportes e recreação, copa e cozinha, limpeza e dactilografia; e as oficinas geradoras de renda, ou seja, a horta, aves de pequeno porte, padaria, confecções, posto de vendas e lavanderia; com o apoio das oficinas de saúde, psicologia, serviço social, biblioteca e cooperativa - a aprendizagem viabiliza a educação básica, um ofício e a geração de renda.

A Assoma é, para os meninos de rua, o acesso a instrumentais e conhecimentos a que todo cidadão tem direito.

Para recompensar o esforço da menina e do menino que participam diariamente nas oficinas da escola, foi instituída a bolsa-auxílio. Com a finalidade de substituir o ganho de rua (que, com frequência, decorre de furtos e outras infrações) e motivar um rendimento honesto, todo mês as crianças da Assoma, recebem meio salário mínimo para prover suas necessidades pessoais e promover seu sustento após seu desligamento da escola. Para isto, já estão sendo depositados mil cruzados mensalmente, em caderneta de poupança, e do Juizado de Menores. Com isso, diz Maria Quarenghi, quando saírem da escola, ao completarem 18 anos, as crianças terão, além de um aprendizado, a capacidade para enfrentar o mercado de trabalho e um fundo de reserva para poderem se manter.

APOIO FINANCEIRO

Para os meninos na faixa etária até 14 anos, a bolsa de auxílio é responsabilidade da Assoma. A instituição criou o Fundo de Iniciação Profissional, onde está solicitando o apoio de empresários e da comunidade, para que depositem qualquer quantia na conta n° 74.700-1 do Banestado, oriundo, assim, condições para que a Assoma

elação retire, cada vez mais menores das ruas, propiciando-lhes um ensino formal e um ofício, além de remuneração pelo trabalho das oficinas.

Além disso, a bolsa propicia a aquisições de material de uso pessoal, auxílio à família, compras de roupas e um sonho que se tornou realidade: "A recompensa do esforço de cada criança, em busca de um projeto de vida, é o que permitirá o resgate de sua cidadania", diz Maria Quarenghi, coordenadora da Assoma e secretária municipal do Menor.

Para os alunos com mais de 14 anos, o pagamento da bolsa-auxílio é assumido por empresas de Curitiba, através do Programa Bom Menino, cumprindo a regulamentação estabelecida pela Lei Sarney, que obriga as empresas a admitirem 5% de seus empregados na faixa dos 12 aos 18 anos. Os alunos recebem o proporcional à sua frequência na

Assoma, já que, com a instituição da bolsa-auxílio, passaram a bater cartão-ponto diariamente. No último mês, cerca de 80% dos alunos tiveram cem por cento de frequência, anunciou Maria Quarenghi.

Participando do processo coletivo do "Aprender-Fazendo", os alunos da Assoma já estão estampando na serigrafia, as próprias camisetas. No setor de confecção, os agasalhos estão servindo às crianças e a meta, segundo Maria Quarenghi, é a colocação dos produtos no mercado.

A escola possui criação de codornas e galinhas, horta; oficina de teatro, canchas poliesportivas, churrasqueiras e lavanderia.

A Assoma é mais uma promessa de campanha que está sendo cumprida dentro da prioridade da administração do prefeito Roberto Requião, que é: "Menor abandonado, nunca mais".